



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 72.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Nilton Barbosa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Lo, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César e Gernote Kirinus (2).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 98/88

Curitiba, 17 de agosto de 1988

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas dos Convênios nºs 4/88, de 03.08.88, 12/88, de 01.08.88 e 13/88, de 01.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e, respectivamente, os Municípios de Campo Largo, Balsa Nova e Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas nos setores que especificam.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 99/88

Curitiba, 22 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas um terreno urbano medindo 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, constituído pela data nº 150, da quadra nº 23, daquela Municipalidade, havido pelo Estado do Paraná conforme registro nº 1, às fls. 1, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, configurando-se justo, oportuno e necessário, eis que o aludido imóvel, conforme esclarecimentos do Senhor Prefeito Municipal, será destinado para instalação de repartições públicas do Município e, também, por não haver nenhuma previsão de utilização de tal imóvel por órgãos da Administração Estadual.

Vale destacar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em referência fique gravado com a cláusula de inalienabilidade e que reverta ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merece

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas um terreno urbano medindo 800.00 m. (oitocentos metros quadrados), com benfeitorias nele existentes, constituído pela data nº 150, da quadra nº 23, daquela Municipalidade, havido pelo Estado do Paraná conforme registro nº 1, às fls. 1, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

Art. 2º- O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que constará do respectivo título, e será exclusivamente destinado para instalações de repartições municipais, revertendo ao matrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 100/88

Curitiba, 27 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e com a interveniência do DER, com os Municípios de Almirante Tamandaré (nº 012/88), Altônia (nº 044/88), Alto Piquiri (nº 053/88), Arapongas (nº 042/88), Apucarana (nº 043/88), Assaí (nº 021/88), Assis Chateaubriand (nº 002/88), Astorga (nº 003/88), Araucária (nº 001/88), Balsa Nova (nº 004/88), Bela Vista do Paraíso (nº 064/88), Bocaiúva do Sul (nº 005/88), Cascavel (nº 008/88), Cambira (nº 028/88), Cambé (nº 022/88), Campo Largo (nº 046/88), Campina Grande do Sul (nº 020/88), Cantagalo (nº 081/88), Céu Azul (nº 065/88), Cianorte (nº 066/88), Centenário do Sul (nº 007/88), Colombo (nº 009/88), Cornélio Procopio (nº 017/88), Curitiba (nº 030/88), Cruz Machado (nº 048/88), Douradina (nº 054/88), Engenheiro Beltrão (nº 079/88), Guaíra (nº 067/88), Guarapuava (nº 025/88), Icaraíma (nº 027/88), Iporã (nº 026/88), Indianópolis (nº 068/88), Jussara (nº 061/88), Jardim Alegre (nº 006/88), Londrina (nº 019/88), Maringá (nº 069/88), Mirassolva (nº 024/88), Marechal Cândido Rondon

(nº 055/88), Mariópolis (nº 057/88), Matelândia (nº 070/88), Maria Helena (nº 056/88), Matinhos (nº 049/88), Mandirituba (nº 023/88), Nova Santa Rosa (nº 013/88), Nova Aurora (nº 031/88), Nossa Senhora das Graças (nº 071/88), Piraquara (nº 033/88), Palmeira (nº 072/88), Planaltina do Paraná (nº 036/88), Porto Rico (nº 016/88), Prolina (nº 032/88), Paula Freitas (nº 073/88), Paulo Frontin (nº 074/88), Pérola (nº 075/88), Piraí do Sul (nº 015/88), Pitanga (nº 035/88), Pinhão (nº 086/88), Ponta Grossa (nº 050/88), Prudentópolis (nº 078/88), Santa Teresinha do Itaipu (nº 076/88), Santa Helena (nº 062/88), Santa Isabel do Ivaí (nº 010/88), Sertaneja (nº 051/88), São Tomé (nº 029/88), São João do Ivaí (nº 039/88), São José dos Pinhais (nº 018/88), Tapira (nº 041/88), Tupassí (nº 077/88), Terra Roxa (nº 080/88), Toledo (nº 052/88), e Umuarama (nº 045/88), em 09 de março de 1988, com os Municípios de Atalaia (nº 047/88), Corbélia (nº 063/88), Londrina (nº 028/88), e Salto do Lontra (nº 088/88), em 09 de maio de 1988; com o Município de Ampére (nº 082/88), em 20 de junho de 1988; com os Municípios de Boa Esperança (nº 087/88), Califórnia (nº 091/88), Corbélia (nº 092/88), Dois Vizinhos (nº 093/88), Enéas Marques (nº 094/88), Formosa do Oeste (nº 095/88), Guaraniáçu (nº 098/88), Imbituva (nº 099/88), Itambaracá (nº 101/88), Lupionópolis (nº 104/88), Marmeleiro (nº 106/88), Marilena (nº 105/88), Medianeira (nº 107/88), Pérola do Oeste (nº 111/88), Prolina (nº 108/88), Paranavai (nº 109/88), Planalto (nº 112/88), Pato Branco (nº 110/88), Pranchita (nº 114/88), Porto Amazonas (nº 113/88), Prudentópolis (nº 115/88), Realeza (nº 116/88), Salgado Filho (nº 117/88), Santa Isabel do Oeste (nº 118/88), Salto do Lontra (nº 089/88), Santo Antônio do Sudoeste (nº 122/80), Santo Antônio do Paraíso (nº 121/88), São João (nº 119/88), São Jorge do Oeste (nº 120/88), Uniflor (nº 125/88), Uraí (nº 126/88), Verê (nº 084/88), Vitorino (nº 127/88), em 21 de junho de 1988; com o Município de Rolândia (nº 090/88), em 1º de julho de 1988; e com o Município de São João (nº 096/88), em 05 de julho de 1988, todos objetivando a execução das obras que especificam, do "Projeto Curo", nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

à Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 101/88

Curitiba, 02 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Revigoração datados de 25 de julho e 10 de agosto do corrente ano, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e, respectivamente, os Municípios de Arapongas e Alto Piquiri, dos Convênios originários celebrados com os referidos Municípios em 13 de novembro de 1987, objetivando o primeiro a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial e, o segundo, o desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

à Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 103/88

Curitiba, 12 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito até o valor de US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural, bem como dispõe sobre adoção de outras medidas no mesmo sentido. A questão do abastecimento alimentar vem constituindo forte preocupação não só dos governos locais, mas também de toda a comunidade internacional, principalmente porque a escassez de alimentos alia-se aos baixos níveis de renda das populações do terceiro mundo, criando um quadro desalentador, cuja reversão se coloca como um desafio difícil, mas necessário de ser vencido.

O Brasil, em função de suas características fisiográficas, tem importante papel a cumprir neste sentido e, à parte as disposições internas verificadas, tem efetivamente se apresentado de forma crescen-

te como importante produtor mundial de alimentos. Neste contexto, o Paraná ocupa lugar de destaque, uma vez que, ocupando apenas 2,4% do território nacional, é responsável por cerca de 25% da produção de grãos do País, constituindo-se num dos maiores produtores agrícolas do Brasil.

Entretanto, o processo de crescimento agrícola que se verificou no País e, particularmente, no Estado do Paraná, nas últimas décadas, produziu graves distorções sócio-econômicas e danos ao meio ambiente, que podem comprometer seu desenvolvimento futuro.

A expansão da agricultura paranaense, em que pese os níveis de crescimento atingidos, decorreu de um rápido processo de modernização e ocupação desordenada do solo, envolvendo, de um lado, uma crescente utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais e, de outro, a ocupação de áreas sem considerar a aptidão agrícola das terras. Esse fato, associado à uma inadequada divisão fundiária, desencadeou uma distribuição acelerada dos recursos florestais, propiciando a instalação do processo de erosão dos solos e a desagregação dos recursos naturais e meio ambiente.

O modelo agrícola desenvolvido sob essa condição, desarticulou a pequena produção, atingindo pequena e média propriedades, que representavam, em 1985, cerca de 95% dos estabelecimentos agrícolas do Estado, influenciando diretamente, numa acelerada concentração fundiária que reduziu o número de estabelecimentos em aproximadamente 110.000 unidades. Como conseqüência, ocorreu um intenso fluxo migratório, com uma perda de 2,7 milhões de pessoas do meio rural.

Por outro lado, a ênfase à agricultura voltada à exportação e substituição energética ensejou uma ampliação desordenada da fronteira agrícola, provocando um desmatamento indiscriminado e alterando o perfil de produtos, subtraindo áreas e/ou deslocando as culturas de mercado interno para solos marginais. Em decorrência, o índice de cobertura vegetal reduziu-se a menos de 20% nas últimas décadas, e no período 1970/85, além da queda de níveis de produtividade, ocorreu uma redução da área plantada de produtos, como o feijão e arroz, em torno de 22% e 20%, respectivamente.

Como conseqüência do modelo agrícola vigente até então no País, os pequenos e médios produtores que permaneceram no campo, encontram-se em sérias dificuldades e na eminência de abandonar suas atividades, fato porque, além de privilegiar as grandes propriedades, em detrimento das pequenas e médias, modelo assim desenvolvido tem profundos reflexos, à medida que dis-

crimina a pequena produção, isolando-se do contexto de desenvolvimento econômico, influenciando diretamente na renda e no emprego, possibilitando assim recriar a marginalidade social e acelerar o êxodo rural.

Os aspectos até aqui abordados, além dos prejuízos causados a pequena produção, acentuaram, de forma significativa, os problemas de erosão hídrica, que, aliada, ao uso de práticas de produção e de insumos inadequados, culminou numa situação insustentável de perdas do solo e água, levando algumas regiões do Estado a atingirem níveis críticos, instalando, inclusive um processo de pré-desertificação.

Apesar de todo o esforço que já vem sendo realizado pelo Estado do Paraná, para controlar a erosão hídrica dos solos agrícolas, o fenômeno ainda alcança proporções preocupantes. Como exemplo, podemos citar que os dados de pesquisa mostram que 15 a 20 t/ha de solo por ano são perdidos nas áreas intensivamente mecanizadas e que, em recente trabalho realizado pela SUREHMA, no rio Paraná (a montante de Itaipu), chega-se ao valor de 12,8 milhões de toneladas/ano de sedimentos transportados, dos quais 4,5 milhões provinham da bacia hidrográfica do rio Ivaí.

Cumpramos ressaltar, também, que a nível de propriedade agrícola, a erosão do solo representa a perda da capacidade produtiva, a perda de fertilizantes, sementes e outros insumos, aumento do custo de produção, diminuição da renda e conseqüente desvalorização do imóvel.

Em se tratando de um Estado onde a economia é muito dependente do setor agrícola, o convívio com tal problema significa aceitar o empobrecimento gradativo a médio e longo prazos.

Além das questões abordadas até aqui, existem mais dois aspectos fundamentais a serem considerados numa análise conjuntural de nosso Estado e que se constituem em preocupação governamental. Em primeiro lugar, tanto regional como intra-regionalmente, persistem, ainda, marcantes disparidades que se revelam, por exemplo, na forte concentração da indústria em Curitiba e na região metropolitana e na concentração da agricultura mais moderna e mais rentável, em determinadas áreas do território estadual, caracterizando, claramente, a existência de áreas reconhecidamente carentes, com baixos índices de qualidade de vida. Em segundo lugar, ao se aceitar o aparente esgotamento de nossa fronteira agrícola, o aproveitamento racional das potencialidades ainda existentes e o incentivo a exploração de atividades que apresentam elevado índice de rentabilidade por área, se constituem em ação governamental inadiável.

Preocupado com os aspectos até aqui

abordados, o Governo do Paraná vem realizando esforços para o reordenamento do processo agrícola, com vistas a amenizar e controlar o impacto dos problemas existentes e criar condições para a melhoria da situação econômica e social da população rural.

Caracterizando esse esforço, o Governo do Estado, a partir das experiências positivas alcançadas com a implantação de programas similares - entre os quais merecem destaque o Projeto Integrado de Apoio ao Produtor Rural - PRORURAL -, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e o Programa de Eletrificação Rural - CLIC RURAL - financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, pretende implementar o Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - PARANÁ RURAL -, com abrangência em todo o território paranaense.

O Programa, prioritariamente, ampliará os esforços que o Governo do Estado já vem desenvolvendo para controlar a erosão e a degradação dos recursos naturais, através do Projeto de Manejo e Conservação do Solo e Água - PMISA, e visará implantar uma infra-estrutura social e econômica nas áreas mais carentes do Estado, com ênfase a incorporação de novas áreas no processo produtivo; estruturação de uma rede adequada de armazenagem e transporte da produção; à diversificação da agricultura como forma de ofertar novas alternativas econômicas e a ampliação dos sistemas de serviços básicos na área de saúde e educação.

A justificativa da implementação de um Programa desta natureza, além de contribuir para a reversão do quadro apresentado neste documento, se fundamenta no conjunto de diretrizes prioritárias que constituem o plano de ação do setor agrícola do Paraná, traduzido pelo estímulo à viabilização do campo, à produtividade da terra e do trabalho, à produção de alimentos básicos ao abastecimento e o uso racional dos recursos naturais e, essencialmente, objetiva a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural.

Parágrafo Único - Do valor indicado no artigo 1º, até US\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de dólares), poderão ser contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, e até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares), poderão ser contratados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD.

Art. 2º - O prazo para amortização, carência, juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos a serem contratados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política econômica- financeira da União.

Art. 3º - O Poder Executivo incluirá no orçamento anual, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vierem a ser contratados na forma desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs DTL/183, 184 e 185/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

073/88- Do Senhor Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VEREADORES DO NORTE PIONEIRO, com sede na Cidade de Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.853. *Anote-se- Arquite-se.*

372/87- So Senhor Deputado Nestor Baptista, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Jornalista Nelson Cornel, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.854. *Anote-se. Arquite-se.*

377/87 - Do Senhor Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública, A ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO DELFOS, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.855. *Anote-se. Arquite-se.*

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 175/88.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Líder da Bancada do PMDB.

REQUERIMENTO N° 284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor OLÍVIO MENDES BETIN, ocorrido em 19 de agosto de 1988, no Município de Lidianópolis.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a Senhora Leopoldina Cordeiro Betin, residente à Rua São Paulo, s/nº Lidianópolis- Pr.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 289

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício de profundo pesar pelo falecimento do Aspirante Oficial do Bombeiro Militar- ASP.OF.BM. ENEAS ALMEIDA EIDAN, à Senhora Regina Eidan, residente à Rua Eurico Fonseca dos Santos, 551- Xaxim- CEP 81500, Curitiba e ainda ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, Ilustríssimo Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, CL. QOPM Wantuil Borges, ao Ilustríssimo Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros CEL- QOBM Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

O Aspirante Of. BM Enéas, tombou no exítrito cumprimento do dever legal quando em data de ontem, ao combater arduamente um dos focos de incêndio que assola o nosso Estado, sendo surpreendido pelo inimigo, tombou heroicamente.

São fatos como esse que além de causar uma grande tristeza, enobrecem e valorizam o serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

REQUERIMENTO N° 292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Rodolfo da Rocha Loures Bueno, ocorrido no dia 12 de setembro nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 27 anos, faleceu nesta Capital, o jovem Rodolfo da Rocha Loures Bueno, filho do Doutor Renato Loures Bueno e Dona Regina Loures Bueno, tradicional família paranaense.

O passamento do Senhor Rodolfo veio abrir enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança da-quele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Rocha Loures, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e em nome da Bancada do PMDB, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento de Enéas Almeida Eidam, aspirante a oficial do Corpo de Bombeiros de Curitiba, ocorrido no último dia 12, no desempenho heróico de sua missão de combate a incêndios que estão ocorrendo no Paraná.

Outrossim, solicita que seja dada ciência à família enlutada e ao Comando do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Líder da Bancada do PMDB.

REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do Aspirante a Oficial do Corpo de Bombeiros, ENÉAS ALMEIDA EIDAM, ocorrido tragicamente no último dia 11 de setembro do corrente ano, dando-se ciência deste requerimento à família enlutada, através da esposa do falecido, Sra. Regina Eidam, à Rua Eurico Fonseca dos Santos, 551 - Jardim Esmeralda, Xaxim, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O aspirante a oficial do Corpo de Bombeiros Enéas Almeida Eidam, de apenas 26

anos de idade, casado e pai de dois filhos, comandava o 1° Grupamento de Combate a Incêndio na localidade de São Pedrinho, a 25 quilômetros de Rio Branco do Sul, quando distanciou-se dos companheiros, abrindo caminho pela floresta, sendo surpreendido pelas chamas em decorrência da mudança do vento. Lamentavelmente, não conseguiu livrar-se, morrendo de maneira trágica, todavia heróica, o que justifica plenamente nossa homenagem e certamente lhe valerá a Medalha de Honra ao Mérito, ainda que pós-morte.

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pela morte do Sr. OCTÁVIO FURQUIM.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de voto de pesar pela morte do aspirante a oficial ENÉAS ALMEIDA EIDAM, do Corpo de Bombeiros, ocorrido de forma trágica, em Rio Branco do Sul, quando, heróicamente, cumpria com seu dever de combate ao fogo.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento de OCTÁVIO FURQUIM, bem como a família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento de OCTÁVIO FURQUIM, bem como à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 242

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime

de urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Prefeito de Cruzeiro do Oeste, Sr. João Ferreira, felicitações pela passagem de aniversário do Município, comemorado no dia 26 do fluente.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 243

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luiz Maurício Pirath, e demais vereadores com assento naquela Casa de Leis, felicitações pela passagem de aniversário do Município, comemorado no dia 26 do fluente.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 244

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Prefeito de Assis Chateaubriand, Dr. Osvaldo Laghi, bem como aos vereadores municipais, felicitações pela passagem de aniversário do Município, comemorado no dia 20 do mês fluente.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Prefeito de Iporã, Dr. Augusto Rodrigues Gonçalves, bem como aos vereadores municipais, felicitações pela passagem de aniversário do Município, comemorado no dia 15 do mês fluente.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Associação Paranaense de Avicultura - APAVI, na pessoa do seu Presidente, Sr. Laércio Faustino Cardoso, manifestando os nossos cumprimentos pela

passagem do dia do avicultor a comemorar-se no próximo dia 28 de agosto.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Secretaria Especial do Esporte, na pessoa do Ilustríssimo Secretário de Estado, Sr. Edson Gradia, cumprimentando-o pelo evento dos Jogos da Juventude que se farão realizar entre 26 de agosto a 04 de setembro de 1988, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações à campeã de Tênis, categoria 14 anos, a jovem Antonela Macedo.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação da jovem Antonela Macedo, campeã de Tênis categoria 14 anos, na 1.ª Copa Coca-Cola de Tênis no Clube Curitibano.

REQUERIMENTO N° 272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao campeão de Tênis, categoria 12 anos masculino, o jovem Fernando Prestes.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação do jovem Fernando Prestes, campeão de Tênis categoria 12 anos masculino, na 1.ª Copa Coca-Cola de Tênis no Clube Curitibano.

REQUERIMENTO N° 273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao campeão de Tênis, categoria 12 anos masculino, o jovem Gustavo Fernandes.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação do jovem Gustavo Fernandes, campeão de Tênis categoria 12 anos masculino, na 1ª Copa Coca-Cola de Tênis no Clube Curitibaano.

REQUERIMENTO N° 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao Curitiba que sagrou-se "Campeão Adulto de Vôlei".

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação da equipe, em que sagrou-se "Campeão Adulto de Vôlei".

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Embaixador do Chile no Brasil, solicitando, a suspensão da pena de morte aos três presos políticos condenados com base em Decreto do General Augusto Pinochet, em 1985, dois anos após suas prisões, solicita ainda que o Governo Chileno conceda asilo político a CARLOS MIRANDA, JORGE PALMA DONOSO E HUGO MARCHANTE MOYA, num dos 10 Países que já se prontificaram a recebê-los.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, solicitando intervenção junto ao governo Chileno para a suspensão da pena de morte dos presos políticos, CARLOS ARANEDA MIRANDA, JORGE PALMA DONOSO e HUGO MARCHANT MOYA.

Os três políticos, encontram-se presos há 5 anos e foram condenados a morte com base em um decreto de autoria do General AUGUSTO PINOCHET, publicado dois anos após suas prisões.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PAULINO DELAZERI

REQUERIMENTO N° 265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Álvaro Dias, Mui Digno Governador do Estado, no sentido de determinar aos órgãos Estaduais vinculados para procederem planejamento e execução de um plano de atendimento aos bóias-frias de Umuarama, visto as dificuldades que estes estão passando.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja enviada cópia ao Senhor Doutor Massachi Mariushi, Digníssimo Vereador da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente a Sua Excelência o Presidente da República, protestando contra a intenção manifestada de extinção da SUDESUL, órgão que tem prestado relevantes serviços no tocante ao desenvolvimento econômico e social desta Região do Paraná, haja vista a parcela de contribuição dispendida pelo sul, nos mais diversos campos, em favor do esforço pela melhoria da integração nacional.

O apenamento desta região, com a medida pretendida só teria o dom de discriminar toda uma população que tanto tem contribuído com seu trabalho, em prol do desenvolvimento de outras regiões menos favorecidas do Brasil.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando informações sobre o montante gasto pelo Governo do Estado para formação das "Frentes de Trabalho" e o quanto foi repassado aos Municípios para atendimento as áreas e pessoas carentes, em função da longa estiagem que assola o Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 303

Senhor Presidente.

A Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães Imaculada Conceição, da Cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Imaculada Conceição, de Mamborê, é uma entidade assistencial da maior importância no atendimento de gestantes e recém-nascidos daquela Cidade e Regiões. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia de Goio-Erê.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Amélia de Goio-Erê é uma entidade assistencial que atende dezenas de pessoas desamparadas daquela Cidade e Região. Atualmente, em razão dos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, localizada no Distrito de Guarani, no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia atende dezenas de crianças carentes daquela Cidade e Região, prestando relevantes serviços àquela comunidade. Atualmente, em função de defasagem orçamentária causada pela elevação constante dos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro para preservar no trabalho assistencial.

REQUERIMENTO N° 253

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados o Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e o Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando estudos para viabilizar a implantação no Batalhão da Polícia Militar, de uma corpora-

ção altamente treinada, com finalidade exclusiva de patrulhar, fiscalizar, orientar e apoiar os órgãos de defesa do meio ambiente e os Municípios, na proteção de parques e reservas florestais, reflorestamento de margens de rios, mananciais, flora e fauna.

Esta é uma justa reivindicação do nobre Edil Antenor Sanches, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 254

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor General Armando Patrício, Comandante da 5.ª RE/DE, para que dispense da obrigatoriedade do serviço militar, os jovens da zona rural, em caráter definitivo.

Esta é uma justa reivindicação do nobre Edil Antenor Sanches, da Câmara Municipal de Maringá, que visa evitar a saída maciça de jovens que trabalham na lavoura, desfalcando assim a zona rural, e que dificilmente volta à terra, em prejuízo da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações à VOLVO DO BRASIL - Motores e Veículos, pela realização no último dia 10 de setembro, da COPA VOLVO, da qual participaram diversos órgãos de comunicação do Paraná, em atividade alusiva ao DIA DA IMPRENSA.

Evento marcado pela organização e dedicação peculiares às iniciativas da "Volvo", a COPA VOLVO reuniu vários profissionais da Imprensa do Paraná, visando homenageá-los pelo transcorrer do dia 10 de setembro - DIA DA IMPRENSA.

Na oportunidade, a Folha de Tamandaré sobressaiu-se, e com uma equipe coesa conquistou o título de Campeã da COPA VOLVO.

Recebe a VOLVO DO BRASIL, nossos cumprimentos pela brilhante iniciativa na organização do evento.

Que da decisão da Casa, dê-se ciência à diretoria da Volvo do Brasil - Motores e Veículos.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata, dos trabalhos desta data do Poder Legislativo do Estado do Paraná, de votos de congratulações o Vila Fani Futebol Clube, por haver conquistado, no último dia 10 próximo passado, o título de Campeão Paranaense de Futebol (1.ª divisão/Amador).

Havendo desenvolvido uma campanha excelente durante todo o campeonato, o Vila Fani veio a conquistar o título em uma partida marcada pela "garra" e empenho da sua equipe, que, preservou em todos os momentos, a organização e entrosamento.

A vitória é do desportismo do Paraná e dos apreciadores do Futebol, que vêm, na conquista do Vila Fani, o reconhecimento à prática artística e bela do Futebol, onde prevaleça a dedicação e o talento de cada atleta e do conjunto da equipe.

Receba o Vila Fani, em alinhamento com os nossos Votos de Congratulações, nosso forte abraço e nossos votos amigos de grandes conquistas doravante.

Que da decisão desta Casa, dê-se ciência à Diretoria do Clube homenageado.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem, em 10 próximo passado, do DIA NACIONAL DA IMPRENSA.

Indispensável corroborar as constantes afirmações acerca da importância fundamental da imprensa honesta, séria, descomprometida com as oligarquias na busca incansável de uma sociedade mais justa, humana e libertadora.

Somente a união dos diversos setores da Nação podem assegurar-nos esse dia de justiça, liberdade e crescimento, entretanto, imprescindível faz-se a colaboração da imprensa, esse sacrossanto pregador da verdade e vigilante do templo da justiça e da liberdade.

Dentro dos nossos compromissos com o socialismo democrático, sempre primamos pela premissa da imprensa imparcial como corolária forçada da liberdade e da democracia em qualquer ordem social.

Que seja dada ciência dos cumprimentos ora rendidos pelo Poder Legislativo Paranaense, à Federação dos Jornalistas e profissionais em radiodifusão do Paraná e à Federação Nacional dos Jornalistas, sediada em Brasília.

Sala das Sessões, em 13.09.88

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado Votos de Congratulações ao Vila Fani Futebol Clube, Campeão de 1.ª Divisão de Amadores.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação da equipe demandada pelo Presidente Senhor Elizeu Siebert, o qual consagrou-se Campeão da 1.ª Divisão de Amadores da Capital Paranaense, edição 1988. Tal feito realizou-se após uma dramática vitória sobre o Trieste Futebol Clube, assistida por volta de 5 mil torcedores.

Sua campanha ao longo do campeonato foi de 24 partidas; sendo 12 vitórias, 8 empates e 4 derrotas; marcou 43 gols e sofreu 28; seu principal artilheiro foi Luizinho com 16 gols.

No decorrer do campeonato foram utilizados 32 jogadores sendo orientados pelo Prof. Lima dos Santos, seguido por Dorival Rodrigues, o técnico campeão.

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e, inserção em Ata, dos trabalhos deste Poder, de Votos de Congratulações pela passagem, em 10 p.passado, do Dia Nacional da Imprensa.

Indispensável corroborar as constantes afirmações acerca da importância fundamental da imprensa honesta, séria, descomprometida com as oligarquias na busca incansável de uma sociedade mais justa, humana e libertadora.

Somente a união dos diversos setores da Nação podem assegurar-nos esse dia de justiça, liberdade e crescimento, entretanto, imprescindível faz-se a colaboração da imprensa, esse sacrossanto pregador da verdade e vigilante do templo da justiça e da liberdade.

Dentro dos nossos compromissos com o socialismo democrático, sempre primamos pela premissa da imprensa imparcial como corolária forçada da liberdade e da democracia em qualquer ordem social.

Que seja dada ciência dos cumprimentos ora rendidos pelo Poder Legislativo Paranaense, à Federação dos Jornalistas e Profissionais em radiodifusão do Paraná e à Federação Nacional dos Jornalistas, sediada em Brasília.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor aos Senhores Celso Bronze e Marcelo Getsztain que unindo-se ao Programa Nacional de Combate ao Fumo, inauguraram no seu Estabelecimento Restaurante Expresso Curitiba, uma Ala para não fumantes, no dia 29 de agosto último, Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

() DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 29 de agosto o Brasil comemorou o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

O Ministério da Saúde acordou finalmente e criando o Programa Nacional de Combate ao Fumo empenha-se para combater esse cancro social que ataca e mina os desavisados e enfraquece os conscientes.

Em comemoração a data, os Senhores Celso Bronze e Marcelo Getsztain, proprietários do Restaurante Expresso Curitiba, localizado na Praça Generoso Marques, n° 38, pequeno estabelecimento, que durante a semana fornece refeições comerciais, inaugurou uma ala para não fumantes.

Foi uma atitude pioneira e corajosa e o presente voto de louvor deve funcionar como estímulo a um exemplo a ser seguido.

Por vários motivos, as condições da saúde da população brasileira podem ser consideradas insatisfatórias.

As chamadas "doenças de massa" aí estão, com inegáveis quadros estatísticos nada lisonjeiros para a Nação.

Não bastasse a disparidade entre o quadro sanitário e o estágio de desenvolvimento atingido pelo País, ainda temos que enfrentar a plêiade de doenças respiratórias e cardiovasculares provocadas pelo fumo.

Se falta aos fumantes bom senso para respeitar o ar de todos, falta aos não fumantes coragem para que seu ar seja respeitado.

É por isso que atitude como a dos Senhores Celso Bronze e Marcelo Getsztain, que não temem a queda de movimento do seu restaurante, em prol daqueles que não fumam e que podem até se constituir em minoria mas são tão donos do ar quanto os fumantes devem ser registradas com louvor.

REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Ple-

nário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Louvor, à Polícia Militar do Paraná, comandada pelo Cel. Wantuil Borges, com menção especial à Guarnição do Corpo de Bombeiros, comandada pelo Cel. Miguel Arcanjo Capriotti, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, dando-se ciência deste requerimento aos respectivos Comandos.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Diuturnamente labutando para manter a ordem e propiciar segurança à comunidade, a Polícia Militar do Estado e mais especificamente o Corpo de Bombeiros do Paraná, nos últimos meses, teve aumentada a sua atuação, em decorrência da grande estiagem que vem assolando nosso Estado e grande partes do Brasil.

Os incêndios florestais estão atingindo índices alarmantes, com focos se multiplicando em várias regiões, tornando impotente a ação dos bombeiros e voluntários.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros conta com 2.100 soldados em prontidão, visto que todo o efetivo foi convocado, enfrentando incêndios em campos e florestas, com garra e heroísmo, haja vista que as condições de trabalho são mínimas, faltando pessoal e equipamentos especializados.

Queremos, pois, deixar aqui registrada a nossa homenagem a esses homens heróicos que arriscam suas vidas em benefício do próximo, a exemplo do jovem aspirante a oficial Enéas de Almeida Eidan, falecido no domingo último, bem como do sargento Délcio Machado, que se encontra hospitalizado com sérias queimaduras, além de tantos outros anônimos, que dificilmente vêm reconhecido o seu sacrifício.

Nossa homenagem e nossos agradecimentos, à Corporação da Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros de nosso Estado, pela dedicação e pelo empenho com que procuram não só manter a ordem como também defender a segurança e integridade da população e o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo trabalho e desprendimento da corporação no combate ao fogo, que vem consumindo as florestas e propriedades rurais paranaenses, num momento dramático em que a seca castiga o Paraná.

O trabalho desses cidadãos, que não medem esforços e nem temem o perigo, arriscando suas próprias vidas, vem emocionando a população e este Legislativo, que

representa a vontade popular, ao registrar voto de ~~laudo~~ ~~cumpra~~ sua obrigação de enaltecer atitudes que dignificam o ser humano.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão desta Casa ao Secretário da Segurança do Estado, ao Comandante do Corpo de Bombeiros, e ao Comandante da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 256

Senhor Presidente.

O Parlamentar abaixo assinado, REQUER, após a aprovação do Plenário, a aprovação de moção de solidariedade ao movimento reivindicatório das categorias de trabalhadores petroleiros e bancários no Estado do Paraná, e o reconhecimento da justiça de suas reivindicações, frente a atual situação econômica do País.

Requer, também, o envio de cópia deste expediente aos Excelentíssimos Senhores, Álvaro Dias - Governador do Estado do Paraná, Luiz Carlos Hauly - Secretário de Estado das Finanças, Carlos Antonio de Almeida Ferreira - Presidente do Conglomerado BANESTADO, ao Superintendente da REPAR Refinaria de Petróleo de Araucária, ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores naquela Refinaria - SINDIPETRO, ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Paraná, ao Presidente da Federação dos Bancários do Paraná e, a todos os sindicatos dos bancários do Estado.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 257

Senhor Presidente.

Desde março de 1988, os 30 mil trabalhadores das Estatais de Processamento de Dados, SERPRO, DATAMEC e DATAPREV, vêm renegociando a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho para obter a reposição salarial devida. Como as negociações resultaram inúteis, foi deflagrado o movimento reivindicatório recente, de ampla divulgação nos meios de comunicação social. Com a direção da DATAMEC e da DATAPREV, foi possível, ainda que minimamente, avançar nas negociações.

Entretanto, a SERPRO manteve-se irreductível e intransigente. Posteriormente passando a demitir as lideranças do movimento, atingindo a cifra de 327 trabalhadores por "justa causa", chegando ao absurdo de, com a volta das lideranças ao trabalho, mantê-los sob rigorosa e ostensiva vigilância dentro da empresa.

Neste momento em que o Congresso Constituinte reparou uma histórica injustiça, com a aprovação da anistia aos funcionários públicos federais, demitidos ou

Curitiba, terça, em 13.09.88

exonerados em função de atividades políticas ou sindicais, o que vem ocorrendo nesta estatal constitui-se na perpetuação da injustiça, numa inadmissível perseguição política e num atentado à liberdade de organização sindical.

Diante do exposto, este Parlamentar, REQUER, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Empresa em Brasília e no Estado do Paraná, solicitando a imediata readmissão das lideranças do movimento reivindicatório e manifestando apreensão com a manutenção de expedientes autoritários na gestão das empresas públicas.

A democracia deve ser constituída incessantemente no dia-a-dia, inclusive nos conflitos resultantes da relação de trabalho.

Requer, ao final, o envio de cópia deste expediente ao Sindicato dos Trabalhadores no Processamento de Dados, em Curitiba, e aos Presidentes da Central Única dos Trabalhadores do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 237

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a extensão dos benefícios do Vale Transporte aos usuários das linhas intermunicipais de transporte coletivo denominadas "rodoviárias".

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NEIVO BERALDIM

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos passageiros que se utilizam das linhas intermunicipais denominadas "rodoviárias" percorrem pequenas distâncias em direção de uma localidade polo, com a finalidade principal de exercer o seu trabalho, pois não consegue encontrar emprego onde reside.

Não é justo, Senhor Presidente, que esses trabalhadores sejam privados dos benefícios do vale transporte, principalmente em concessões públicas outorgadas pelo Estado, que têm a obrigação de zelar pelo bem comum, quando seus companheiros de trabalho, residentes em locais onde existem linhas urbanas ou as intermunicipais denominadas "metropolitanas" gastam somente 6% de seus salários em transporte.

A equidade de tratamento deve ser a meta de governo.

A legislação do vale transporte estabelece que cabe ao poder concedente a de-

finalização dos serviços intermunicipais que possuem características semelhantes ao urbano.

Claro está, Senhor Presidente, que se a grande maioria dos funcionários do transporte intermunicipal percorrem pequenas distâncias para fins exclusivos de trabalho, as características dessas linhas só podem ser semelhantes a de qualquer serviço urbano, que possuem essa finalidade de interesse público.

Assim procedendo, o Governo Estadual em muito contribuirá para a diminuição das despesas do trabalhador paranaense, além de tornar possível a possibilidade de se diminuir o número de desempregados, incentivando a busca de emprego com um custo menor.

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em ata, dos Trabalhos deste Poder, de um voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Oficial do Corpo de Bombeiros, Enéas Eidan, ocorrido no dia 12 p.passado.

O Oficial Enéas Eidan, de 26 anos, veio a falecer ao combater o incêndio que destruiu a mata na localidade de São Pedrinho, a 25 km de Rio Branco do Sul, e que é decorrente da seca da vegetação em virtude da ausência de chuvas há vários dias.

Na busca de uma justificativa, valem as palavras do pensador: "O herói nunca escolhe a hora de nascer, mas certamente, escolherá a hora de morrer".

Assim foi com o Oficial Enéas Eidan, que teve seu descansar em meio à luta que dignifica e engrandece a vida do homem.

Inexistem palavras capazes de expressar nosso respeito e sentimentos, diante no passamento desse bravo oficial, que emprestou sua própria vida, a fim de proteger a comunidade.

Receba a família enlutada os mais respeitosos e sinceros votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná, pelo falecimento de oficial supra mencionado.

Dê-se ciência do teor deste Requerimento ao Comando do Corpo de Bombeiros da PMPr, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, um Voto de Profundo Pesar pelo prematuro falecimento do jovem RODOLFO DA ROCHA LOURES BUENO, ocorrido ontem,

nesta Cidade.

Rodolfo, filho do ex-Deputado desta Casa, e ex-Representante Federal do Paraná, Doutor Renato Loures Bueno e da Excelentíssima Senhora Regina da Rocha Loures Bueno, era administrador de empresas formado pela tradicional Escola da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo e mesmo tendo desaparecido em verdes anos, já havia ocupado cargos de destaque na administração pública e na economia paranaense; sendo ultimamente Diretor de Marketing da Firma Nutron Telecomunicações, associada ao Grupo Nutrimental.

Estimado por todos os que tiveram a felicidade de conhecê-lo, Rodolfo era ainda neto pelo lado materno do eminente paranaense Desembargador João Rocha Loures, e bisneto do Almirante Didio Costa, a quem esta Casa homenageou como uma figura histórica relevante do Paraná. Pelo lado paterno descendia dos povoadores da Região de Palmas, que consolidaram a presença luso-brasileira naquela área então disputada pelo elemento castelhano.

Para todos estes títulos, julgo-me no dever de propor a esta Casa que nos associemos à dor da família enlutada pela perda tão prematura do jovem Rodolfo da Rocha Loures Bueno, acolhendo este voto de pesar em nossos Anais e dando conhecimento desta manifestação à família atingida por tão dolorosa ocorrência.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 290

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando estudos em caráter de urgência para o aproveitamento da mão-de-obra aos lavradores desempregados nas frentes de combate aos incêndios florestais no Estado.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Os lavradores, também chamados "bóias-frias", passando atualmente por dificuldades para a sobrevivência, sua e de seus familiares, poderiam ser empregados pelo Estado, na infra-estrutura de Defesa Civil, constituindo diversas Brigadas de apoio, sob o controle e aplicação pelo Corpo de Bombeiros.

São hoje mais ou menos 500 mil desempregados que, bem aplicados poderiam colaborar sensivelmente com o combate de incêndios florestais, ao mesmo tempo em que estariam sendo empregados, evitando-se as-

sim, dos grandes perigos: o fogo e a fome.

REQUERIMENTO N° 291

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, propondo a implantação de operação "Tira da Cama", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA.

A proposta de operação já é de comprovada eficácia, tendo em vista, ter sido amplamente aplicada em épocas passadas, com excelentes resultados.

OPERAÇÃO "TIRA DA CAMA"

SITUAÇÃO: A crescente proliferação de marginais, o tráfico de drogas, a constante movimentação de mercadorias roubadas e a proteção a homiziadas da Justiça, que vêm ocorrendo em Favelas da Região Metropolitana e grandes cidades do interior do Estado.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO: A realidade dos fatos nos comprovam: houve um aumento considerável na população das favelas e com ele acelerou-se o processo de miséria e promiscuidade. Marginais e malfeitores inseridos neste meio, semeiam e estimulam o crime. Da indução à prostituição e corrupção de menores, passando por crimes de receptação e tráfico, constata-se a solidificação das bases de criminosos e foragidos da Justiça.

Nos afavelamentos inexiste uma infraestrutura urbana; não há luz, não há água, não há ruas. Amontoam-se famílias em frágeis barracos de restos de madeira e compensados. Famílias honestas ali vivem, porém sob uma constante pressão e ameaças de quadrilhas que se fortalecem e corrompem seus filhos, desviando seus mais puros propósitos. Nossa comunidade é ferida, é dilacerada, é extorquida, sem ter meios e nem como reagir. Por sua vez, nossos Órgãos de Segurança, mesmo no máximo de seus esforços, não conseguem conter a progressiva e avassaladora onda de crimes desencadeados por tais quadrilhas.

PROPOSTA: Planejamento e Execução Periódica de operações "Tira da Cama" em afavelamentos da Capital e Interior do Estado.

ANÁLISE DA PROPOSTA: Temos por base que, experiências bem sucedidas não devem cair no esquecimento, pelo contrário, devem ser sim adaptadas ao nosso cotidiano e

aplicadas regularmente. Convivemos, pois, por toda uma vida, em meio a crises e dificuldades, combatendo acirradamente a criminalidade, e junto a companheiros da nossa gloriosa Polícia Militar, festejamos vitórias contra o crime e seus males. Dentre as operações costumeiras de nosso comando, tínhamos como uma das que mais apresentavam resultados positivos, a "Operação Tira da Cama" em favelas existentes em nossa área de ação. Tal Operação, recebida com entusiasmo pela tropa, era desenvolvida de forma a não implicar em sobrecarga de trabalho a nossos homens. Bloqueados com energia e ações rápidas, viam-se os marginais em verdadeiro caos, apanhados de surpresa e indefesos para quaisquer reações. Sentia-se na comunidade afavelada, o respiro aliviado de chefes de família que, livres de pressão, manifestavam-se de forma espontânea a colaborar com a Tropa, bem como denotava-se o sentimento de orgulho resplandecente em seus semblantes. Podia-se caminhar livre, podia-se ir e vir ao trabalho. A comunidade de Área resgatava seus valores, enquanto criminosos e seus asseclas, inibidos em suas ações, eram retirados de circulação, e os poucos que sobravam, fugiam para longe, deixando um rastro de temor e pânico.

Temos que agir e já. Os estudos necessários não demandam tempo. Nossos Órgãos de Segurança são competentes e são dirigidos por homens competentes. Há que se levar em conta: a necessidade da união de forças entre a Polícia Militar e a Civil, planejando e executando juntos, de forma coordenada em clima de cooperação e harmonia, para o pleno êxito da operação. Os méritos serão de ambas e a vitória será da comunidade, que se orgulhará, temos certeza, da sua Polícia.

CONCLUSÃO: Nossa intenção com esta sugestão, bem como as demais que temos enviado aos Órgãos de Segurança, é tão somente no sentido de colaborar, como Parlamentar e cidadão, aos verdadeiros e puros propósitos do Estado em bem servir o povo, proporcionando-lhes uma vida sadia e mais segura, defendendo seus interesses, seu patrimônio e sua família, resgatando assim os verdadeiros valores da nossa sociedade.

Reconhecemos a crise, todos lutam para suplantá-la, mas a segurança não pode esperar mais.

REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à tradicional firma IMPRESSORA PARANAENSE

S/A, pela passagem do centenário de sua fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Diretores para que recebam e transmitam aos demais colaboradores da firma, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Impressora Paranaense, tão bem conduzida desde os seus primórdios pela família SCHRAPPE, é uma prova de que para crescer e ser forte a receita infalível é: Trabalho e Competência. Essa indústria, que acaba de completar 100 anos de existência, como todos os empreendimentos e projetos desenvolvidos e projetos desenvolvidos a partir do final do século passado enfrentaram crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. Muitos não resistiram, ficaram pelo caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outros triunfaram, é o caso da Impressora Paranaense.

É indubitável - segundo os registros que temos que seu sucesso está ligado à obstinada dedicação ao trabalho do imigrante alemão Max Schrappe. A empresa nasceu da fusão de uma pequena gráfica da família Floch e da também pequena fábrica de rótulos de Max. Quando o Barão do Cerro Azul (que fazia parte da sociedade) saiu do empreendimento, parecia que o fim do negócio estava próximo. Porém a competência e o dinamismo de Max conseguiram não só tocar o empreendimento como também fazê-lo crescer até chegar ao que é hoje, uma grande indústria de conceito nacional e internacional, que orgulha a iniciativa privada paranaense.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Legislativo do Paraná, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência.

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata, dos trabalhos deste Poder, de votos de profundo pesar, pelo falecimento em data de ontem, do Senhor OCTÁVIO FURQUIM, ex-Prefeito do Município de Rio Branco do Sul.

Havendo falecido aos 94 anos de idade, Octávio Furquim exerceu várias funções públicas, sendo inclusive o 1° Prefeito quando da elevação de Rio Branco do Sul a categoria de Município no ano de 1947.

Ocupou em seguida o cargo de Vereador,

no período de 1951 a 1955. Eleito prefeito novamente no período de 1955 a 1959.

O extinto era viúvo de Josefina de Faria Furquim, deixando os filhos: Jeová Furquim, Benedito Furquim Neto, Sara Furquim, Angélica Furquim e Maria da Luz Furquim. Deixando ainda seis netos e seis bisnetos.

Foi um dos primeiros homens a lutar pela abertura da Estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul. Deixou uma grande folha de serviços prestados àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, no sentido de que os benefícios do vale transporte sejam estendidos aos funcionários públicos estaduais de qualquer categoria funcional.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) NEIVO BERALDIM

JUSTIFICATIVA:

Tanto os funcionários públicos municipais de Curitiba e outras cidades do Estado, quanto os federais, já usufruem desse benefício.

A concessão do vale transporte aos funcionários públicos estaduais, por certo, irá traduzir-se em melhoria salarial indireta aos que possuem baixo nível salarial, dando-lhes melhor condição de vida, que é a meta do atual Governo Estadual.

Não é difícil de imaginar, Senhor Presidente, como devem se sentir marginalizados esses funcionários ao verificarem que outras categorias, públicas e privadas, usufruem desse benefício e eles a terem corroído o seu orçamento familiar pela inflação galopante que atinge a todos sem exceção.

Sabedores que somos da vontade intransigente e inabalável do Senhor Governador do Estado em conceder melhorias aos funcionários públicos estaduais, temos a certeza que a estes não lhe será negado tão justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 239

Senhor Presidente.

A seca que assola o Estado do Paraná, agravada pela entressafra, vem provocando a penúria e a fome de milhares de trabalhadores volantes paranaenses, obrigando-os a viverem da solidariedade pública.

Praticamente esgotadas as possibilidades locais de sustentação destas famílias, a única esperança que ainda serve como alento é a possibilidade de o Estado vir

em socorro destes bravos trabalhadores, oferecendo condições de trabalho, em obras públicas.

Por isso, Requeiro após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, Álvaro Dias, solicitando que, junto ao seu Secretariado, viabilize com urgência um projeto de socorro às vítimas da seca do Norte e Noroeste do Estado, através da realização de obras públicas locais ou regionais.

Requer também, o envio de cópia deste expediente aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais das referidas regiões.

Sala das Sessões, em 13.09.88

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 240

Senhor Presidente.

A população dos Municípios de Bituruna e Porto Vitória, no Sul do Paraná, há muito tempo reivindicam a pavimentação da rodovia implantada, ligando as duas cidades, encurtando muito a distância até os principais centros regionais, inclusive favorecendo o escoamento da produção.

Tal techo tem sido utilizado como bandeira dos candidatos a cargos eletivos municipais, estaduais e federais, entretanto permanece, até hoje, apenas na promessa, aumentando o elevado descrédito da classe política em geral.

Em que pese o esquecimento a que foi relegada a promessa de pavimentação, a execução da obra reveste-se de importância fundamental.

Do exposto, Requeiro, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz George Herwig, Digníssimo Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando aceleração dos estudos e viabilização do projeto de pavimentação da referida rodovia.

Finalmente, Requer, o envio de cópia deste expediente ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente.

Infelizmente o Governo Paranaense tem adotado como praxe a demissão de funcionários públicos por liderarem movimentos reivindicatórios. Contradizendo o programa e a pregação peemedebista que, em nenhum momento, propõe a resignação frente à situação financeira.

É de conhecimento público, inclusive reconhecido pelo próprio Governo Estadual, que o funcionalismo público do Estado do Paraná sofre atualmente as consequências do arrocho salarial imposto pela situação

econômica brasileira e agravada pela sistemática de reajustes adotada e em vigor na atualidade. Diante deste triste panorama, o mínimo que se pode esperar de um Governo democrático é o reconhecimento do direito de reivindicar sem, por isso, ser penalizado.

No momento em que o Congresso Constituinte repara uma injustiça cometida ao longo das últimas décadas, aprovando a aristia para os funcionários públicos federais, demitidos ou exonerados em função de movimentos políticos ou reivindicatórios, é inadmissível que um Estado-Membro continue reproduzindo a mesma injustiça. As dificuldades financeiras porventura enfrentadas não podem, em hipótese alguma, anular o direito de reivindicar.

Recentemente os funcionários da Secretaria da Saúde e Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, vinculada àquela, deflagraram um movimento paradiста reivindicando reposição salarial. A única resposta do Governo foi o início de um processo de demissão das lideranças do movimento.

Diante do exposto este parlamentar, Requer, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, e ao Secretário de Saúde, Excelentíssimo Senhor Delcírio Tavares, solicitando a imediata readmissão dos funcionários demitidos, bem como o fim do processo de demissão.

Requer, ao final, o envio de cópia deste expediente aos sindicatos e associações da categoria.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de Escola Agrícola de 2° grau no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a implantação de uma escola agrícola de 2° Grau, proporcionará o desenvolvimento de novas técnicas, visando principalmente aumentar a capacidade de produção, fixar o homem no campo, sistematizar o conhecimento dos agricultores e principalmente elevar o nível cultural e social do Município e Região, através dos ensinamentos que esta escola fornecerá.

Além disso a Itaipu Binacional já destinou uma área que será utilizada pelo colégio agropecuário. E deste modo tornará viável a agroindustrialização do Município

através do distrito industrial já criado para este fim.

O município de Santa Helena constituirá em um dos principais polos de desenvolvimento com a criação deste Colégio e a posterior agroindustrialização, tornando-se um município economicamente independente.

REQUERIMENTO N° 252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a este a criação de 2 (duas) Sub-Delegacias, em São José dos Pinhais; nos distritos de Borda do Campo e Planta São Marcos (Arter).

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O pedido que acima se faz tem por fim assegurar aos moradores dos Distritos de Borda do Campo e Planta São Marcos (Arter), melhor Segurança Pública, é direito de todo o cidadão, e dever do Estado, conforme reza os artigos 153, "caput", da Constituição Federal, 123 e 54 da Constituição Estadual.

A contenção policial Paranaense torna-se vulnerável ao atual momento crítico por qual passa a nossa sociedade em relação a Segurança Pública e mesmo Individual de seus integrantes.

Assim sendo, a criação de duas Sub-Delegacias nos Distritos de Borda do Campo e Planta São Marcos (Arter), em São José dos Pinhais, irá senão solucionar a curto prazo o problema, irá certamente tranquilizar os moradores daquela Região, já que estarão mais protegidos pelo amparo de maior contingente da nossa Polícia Estadual.

REQUERIMENTO N° 262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, pelos 42 anos de organização, comemorados no último dia 07 de setembro. A referida Igreja, cujo presidente do Conselho Geral de Pastores da entidade religiosa no Brasil, é o Pastor Aládio Flora Agostinho, tem prestado inúmeros serviços à sociedade, dentro dos mais rígidos princípios cristãos.

No Paraná, esses serviços se revestem de grande importância, através do atendimento às pessoas necessitadas no Lar dos Idosos; assistência social, financeira e espiritual a famílias enlutadas; e orien-

tação e formação religiosa, através do Instituto Teológico. Nesta ocasião, quero ressaltar, ainda, o trabalho abnegado do Pastor José Henrique Monteiro, que, além de Secretário do Conselho Geral de Pastores do Brasil, dirige as ações da Igreja em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governador Álvaro Dias e ao Presidente da SANEPAR, Didio Rocha Loures, solicitando providências para a instalação de um sistema de tratamento para a rede de esgotos do Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR em Toledo, está canalizando todo o esgoto da Cidade, sem qualquer tipo de tratamento, para Sanga Panambi e Sanga Pardo, provocando assim a morte destes Riachos e uma violenta poluição no meio ambiente.

É inconcebível o que está acontecendo em nosso Município pois a comunidade toledana, após vários anos de amplo e proveitoso trabalho com o sistema de manejo de solos, e águas em microbacias, conseguiu despoluir seus rios, e agora com a construção da rede de esgotos aparece novamente a poluição, o que é um absurdo.

Esta situação exige, com máxima urgência, a efetivação em Toledo de um sistema de tratamento da rede de esgoto local.

REQUERIMENTO N° 255

Senhor Presidente.

Este Parlamentar, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após a manifestação favorável do Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná do documento assinado pelas Bancadas de Oposição, intitulado "Ao Povo do Paraná", a propósito do movimento reivindicatório do magistério estadual paranaense, e a permanência de sua representação no recinto da Assembléia durante quinze dias, de acordo com a cópia em anexo.

Requer, ao final, o envio de cópia deste expediente e do documento junto a todos os núcleos regionais da Associação dos Professores do Paraná, no Estado.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamto: João Arruda, Algaci Túlio, Rafael Greca, Antonio Costenaro Neto.

REQUERIMENTO N° 285

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário da Educação, solicitando que seja criada e implantada uma Escola Agrícola de 1° Grau, na Unidade Polo de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação está sendo encaminhada pela Câmara Municipal de Jandaia do Sul, que em sua última sessão, realizada no dia 01.08.88, aprovou por unanimidade de votos a referida proposição.

Argumentamos também, que sendo a agricultura, a principal atividade econômica da região, a criação e implantação de uma Escola Agrícola propiciaria que os jovens interessados em se profissionalizar nesta área, tivessem, desde o 1° grau, condições de melhorar aprendizagem.

REQUERIMENTO N° 247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, deste Poder Legislativo, de votos de congratulações e regozijo pelo transcurso dos 100 anos de existência da IMPRESSORA PARANAENSE S.A., desta Capital.

Requer, outrossim, seja dado ciência, aos Diretores da referida Empresa, do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Um autêntico marco na história do desenvolvimento do Estado do Paraná. É o que se pode dizer, com tranquilidade, acerca do que representa a Imprensa Paranaense S.A., que está comemorando 100 anos de atividades.

Foram 100 anos de lutas e de vitórias, de arrojo e obstinação, para sobrepujar obstáculos e dificuldades, em busca, sempre, do aperfeiçoamento e da consolidação empresarial.

A partir de sua fundação, pelo Barão do Cerro Azul, a Imprensa Paranaense vem cumprindo uma verdadeira saga. Sob o comando da família Schrappe, a começar do imigrante Max Schrappe e passando pelos seus filhos Werner, Max Júnior e Oscar Schrappe Sobrinho, a empresa se firmou, a ponto de ser considerada, já desde os idos de 1941, como possuidora de um dos parques gráficos mais avançados do País. Seus produtos, de qualidade reconhecida nacional e

internacionalmente, alcança todo o País, levando o nome do Paraná a todos os quadrantes da Pátria e mesmo além das fronteiras brasileiras.

Mais recentemente, uma nova geração de dirigentes, sem se desviar dos rumos e dos princípios ditados por seus ancestrais, vem se empenhando em modernizar e expandir, ainda mais, o parque fabril da empresa, que hoje conta com 650 empregados. Foi o que se propôs a primeira diretoria dessa nova fase, presidida por Oscar Schrappe Sobrinho e composta, ainda, por Max Schrappe e Hellmuth Schrappe. E não é outra o sentido ao trabalho desenvolvido pela atual Diretoria, presidida por Dieter Hellmuth Schrappe e integrada, também, por Hellmuth Schrappe (vice-presidente) e pelos Senhores Norberto Wiederkehr, Etevaldo da Silva, Júlio Reinaldo Guimarães, Victor Schrappe, Werner Egon Schrappe, Rodolfo Germano Labsch e Affonso Antoniuk.

O moderno Parque Industrial da Imprensa Paranaense, implantado num terreno de 60 mil m., às margens da BR-116, e com uma área construída de 14.140 m., atesta o arrojo e o espírito empreendedor de toda uma geração de empresários, que tanto honram a iniciativa privada e o pioneirismo empresarial paranaense.

Só para se ter uma idéia do que representa, em técnica, evolução e abrangência a presença da Imprensa Paranaense, no cenário gráfico, vale salientar alguns, dentre as centenas de itens por ela produzidos e que, normalmente, ninguém sabe que são produtos paranaenses. Eis alguns exemplos: na área de bebidas, rótulos para cervejas (Brahma, Malzbier, Caracu), refrigerantes, água mineral, sucos de frutos, aguardentes (Ypioca, Pirassununga-51, Velho Barreiro, 3 Fazendas etc), uísques (Passport, Natu Nobilis etc), vinhos (Chateau Lacave, Forestier, Lejon etc), champagnes (M. Rondon, Peterlongo etc), vodkas (Natasha, Nikolai etc); produtos de limpeza e higiene: (Phebo, Colgate, Gillete, Kolynos, Minerva, Segura & Natural); peças automotivas, ferramentas, acessórios (FAG, Mercedes Benz, IBM, Sintex etc), produtos de beleza, artigos cerâmicos, roupas (US Top, Mafisa, Lupo, Sulfabril, Dudalina etc), cigarros (L&M, Free, Marlboro, Carlton etc), fósforos e isqueiros (Paraná, Fiat Lux, Cricket etc), calçados (Makerli, Kanon, American Star, Adidas, Tai-Pan etc), roupas íntimas (Pierre Cardin, Zorba, Ovi, Mash etc), medicamentos (Cibalena, Aspirina, Yale, Licor de Ferro, Johnson & Johnson etc), alimentos (Toddy, Nescafé, Cacique, Nestlé, Garoto, Nescau, Quaker etc).

Esses são apenas alguns exemplos de produtos largamente comercializados e que têm o seu visual nacionalmente conhecidos,

graças a rótulos ou embalagens produzidos em Curitiba, pela Impressora Paranaense. Fato, aliás, que quase sempre passa despercebido, mas que precisa ser ressaltado, nesta oportunidade.

Tudo isso evidencia, sem a menor dúvida, a importância dessa grande e moderna empresa, cujo centenário estamos comemorando. E que é motivo de júbilo para todos nós, paranaenses.

E esta Casa não pode ficar alheia às manifestações de contentamento e de aplausos que tão justamente se prestam pelo centenário dessa organização tão cara ao Paraná.

Este requerimento é, pois, a forma de nos associarmos às homenagens prestadas à Impressora Paranaense, na pessoa de seus Diretores e funcionários, todos responsáveis pelo êxito e pela pujança da empresa. Daí, a certeza de que a manifestação deste Deputado é, também, o pensamento comum de todos os componentes deste Legislativo, desejosos de que a Impressora Paranaense continue em sua trajetória ascensional, contribuindo para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil e levando cada vez mais longe o nome de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 257/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os ocupantes dos cargos de Secretário de Estado, Diretor Geral da Secretaria de Estado, Presidente ou Superintendente de Fundações, Autarquias ou Empresas de Economia Mista ficam obrigados a apresentar declaração de rendas e de bens quando da nomeação e quando da exoneração do respectivo cargo.

Art. 2° - A obrigatoriedade de que trata o artigo anterior é extensiva aos servidores públicos, da Administração Direta e Indireta, que participem de comissões de licitação pública.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O Governador Álvaro Dias tem destacado a sua gestão pelo empenho, denodo e energia na busca da moralidade da administração pública. Estão aí os exemplos de ação rápida e eficiente no sentido de coibir abusos e assegurar lisura nos atos do Governo.

A medida que estamos propondo caminha nesta direção, visando criar instrumentos legais que institucionalizem mecanismos que possam garantir a moralidade pública.

Compreendendo a nosso Projeto de Lei como uma importante contribuição do Poder Legislativo ao processo de moralização em curso, confiamos na soberana manifestação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 258/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Nos Municípios que não são sede de Comarca, será permitido o exercício das funções de delegado de Polícia e Escrivão de Polícia, por Policiais Militares lotados no destacamento Policial Militar, da localidade.

Parágrafo Único - O exercício da função será cumulativo com a função Policial Militar, sem prejuízo desta.

Art. 2° - Os Policiais Militares investidos das funções civis de que trata a presente Lei, não sofrerão prejuízos na carreira Policial Militar desde que o exercício seja na forma do parágrafo único do artigo 1°.

Art. 3° - As funções de que trata a presente Lei serão supridas por Policiais Militares através de ato Secretarial nos termos da Lei n. 7880 de 20.07.84.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) RAUL LOPES

PROJETO DE LEI N° 259/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica proibida em todo o Estado, a comercialização e o trânsito das espécies de pescados durante os períodos de DEFESO, estabelecido pela SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Parágrafo Único - Excetua-se da Proibição de que trata o artigo, os pescados oriundos de estoque e industrializados por empresas pesqueiras capturados fora do período de defeso.

Art. 2° - Os petrechos, equipamentos e insumos de pesca, sujeito a regulamentação da SUDEPE, também serão fiscalizados pela Secretaria da Agricultura do Estado, tanto na linha de produção do fabricante quanto na comercialização por distribuidores e varejistas.

Art. 3° - Os fiscais da Pesca ficam autorizados a autuar e apreender produtos pesqueiros, petrechos e instrumentos de pesca, comercializados ou transportados com infração às disponíveis dessa Lei.

§ 1° - A função fiscalizadora será exercida junto às Indústrias Frigoríficas, Cooperativas, empresas de armazenagem, Co-

mércio, distribuidores de pescados e comércio varejistas de petrechos de pesca.

§ 2º - As empresas que tenham por objeto a captura, beneficiamento, armazenagem e distribuição de produtos de pesca, deverão fornecer a Secretaria de Estado da Agricultura, informação sobre estoques de pescados capturados em períodos não compreendidos no Defeso.

Art. 4º - Os pescados capturados fora dos padrões permitidos pela SUDEPE, serão apreendidos pelos fiscais da Pesca, Policiais Florestais, ou por órgãos conveniados com a Secretaria da Agricultura e os infratores autuados na forma da Legislação vigente.

Art. 5º - As infrações às disposições desta Lei, serão passíveis de multa e apreensão, sem prejuízo de sanções penais administrativas aplicáveis.

Art. 6º - A Secretaria da Agricultura baixará as normas necessárias à regulamentação da moratória, objeto desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Em reunião com Lideranças do Setores de Fiscalização de Ecologia e preservação do Meio Ambiente, inclusive com a presença do Dr. Benedito Luciano de Souza Filho, Coordenador da SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Paraná, foi apresentada minuta do Decreto n. 24888 de 1º de Março de 1988, do Governo de Santa Catarina, onde esse instrumento legal disciplina o comércio e o trânsito de pescados e petrechos de pesca naquele Estado.

É de se comentar que a atual Legislação, qual seja, o Decreto Lei n. 221 de 28 de fevereiro de 1967 e a portaria C-067/79 de outubro de 1979, somente permite a fiscalização de pescados quando em embarcação, ou redes de esperas, não permitindo a SUDEPE fiscalizar o pescador em terra, nem tão pouco o material utilizado ou comercializado.

Com efeito, proibiu-se a pesca com determinados materiais, porém, não se fiscaliza a venda do petrecho nem o produto pescado fora dos padrões ecológicos, depois de desembarcado em terra.

É mister a proteção da fauna bem como ao equilíbrio, que se reprima a pesca predatória, bem como se de à SUDEPE, instrumento eficaz para o resguardo dos períodos de defesa por ela estabelecido.

PROJETO DE LEI Nº 260/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a Fundação de Ação Rotária, de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.88

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Ação Rotária, constituída em 12 de janeiro de 1984, com sede na Cidade de Ponta Grossa - Pr., sita à Rua Cel. Dulcídio nº 901, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como objetivos estimular o aprimoramento da formação cívica, moral, cultural e física da infância e da juventude; promover obras de assistência social à comunidade pontagrossense; fomentar o movimento rotário e atender outras finalidades que se harmonizem com o ideal do "Rotary Internacional".

PROJETO DE LEI Nº 261/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Poder Executivo providenciará o Plantio de Árvores Frutíferas no trecho compreendido pela Rodovia BR- 369 e a Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal S/A, entre Arapongas e a localidade de Aricanduva, no Município de Arapongas.

Art. 2º - O Poder Executivo terá o prazo de 1 ano para a execução do mencionado plantio.

Art. 3º - As frutas produzidas do plantio referido no artigo anterior deverão ser destinadas para a Merenda Escolar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.88

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A Proposta aqui apresentada tem por objetivo utilizar os 7 Kms ociosos, localizados entre as mencionadas Rodovia e Ferrovia. O Plantio dos Pomares em muito irá aumentar a qualidade proteica da Merenda Escolar, além de embelezar visualmente o Meio Ambiente.

Gozarão também desta medida proposta os transeuntes e viajantes que por lá passarem. Pois, poderão eles descansarem às sombras de frutíferas árvores.

Assim sendo, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Rafael Greca. Ausente. Segundo

orador inscrito, Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela. Ausente. Terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Paulino José Delazeri, a quem concedemos a palavra.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia de ontem nas principais capitais brasileiras o movimento sindical popular e de solidariedade neste País se manifestaram pedindo a democracia no Chile e pedindo o que é muito mais importante, que o Governo ditatorial daquele País não execute os quatorze cidadãos, democratas, condenados à morte por motivos, eminentemente, políticos.

Já neste mês de setembro estão previstas as execuções de três chilenos, todos jovens, todos pais de família: Carlos Miranda de 38 anos de idade, com um filho; Hugo Maia, de 35 anos de idade, com um filho e Carlos Maia, com mais um filho. Três chilenos que viviam no exílio, fora do Chile, e retornaram em 1983, imediatamente presos, julgados pelos Tribunais de Execução e Militares daquele País, condenaram esses três democratas chilenos à pena de morte, por haverem combatido ao longo de suas vidas a ditadura sanguinária que se instalou, naquela Nação.

Venho à tribuna neste dia, Senhores Deputados, porque encaminho um requerimento à Mesa Diretora desta Assembleia, para ser votado por este Plenário, pedindo que esta Assembleia se pronuncie através de telex a ser enviado ao Embaixador do Chile no Brasil, pedindo que suspendam a execução neste mês de setembro, desses três seres humanos que praticaram o único crime de ser contra a pior e mais terrível de todas as ditaduras que a América Latina viu, e que assassinou de 1973 até o presente momento nada mais, nada menos que trinta mil chilenos.

Todos os brasileiros tiveram a oportunidade de ver na última quarta-feira, através da "Rede Globo de Televisão" o filme do grande produtor Costa Gravas chamado "Missing", que mostrava a realidade daquela ditadura, daquele horrendo crime que Pinochet e os gorilas de plantão que assaltaram o poder democrático de Salvador Allende em 1973, praticam hoje naquele País.

Pedimos que a Assembleia também se manifeste através de telex junto ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que se manifeste junto ao Governo Chileno, pedindo que não executem mais este crime e conceda a esses três condenados o asilo político, porque a bandeira desses chilenos é a bandeira dos latino-americanos democráticos, que desejam tão somente a democracia e o fim do crime neste continente.

Pedimos também que esta Assembleia se manifeste junto ao Presidente da República

para que se coloque à disposição para receber como exilados políticos esses três cidadãos e se manifeste junto ao Governo chileno no sentido de que mais este crime não seja promovido.

Falar dos Tribunais ou do Poder Judiciário daquele país é desnecessário porque lá existe um Tribunal legal que se encontra na ilegalidade promovido pelo General Pinochet, e o Tribunal de Execução que é hoje verdadeiro Poder Judiciário para executar as determinações daquele Presidente e dos seus gorilas que estão no Poder. Lá quem julga os crimes políticos são os torturadores. Naquele País, com a maior intensidade já vista no 3º mundo, assassinam-se irmãos nossos que lutam pela liberdade, Governo este que derrubou do Poder a única experiência de transição do capitalismo para o socialismo através das vias pacíficas: o voto, e hoje se encontra naquele caos que destruiu aquela nação, destruiu as suas famílias, destruiu o seu povo, mancha a América Latina e mancha também os brios dos democratas brasileiros.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Paraná acompanhou ontem e hoje através da imprensa, através do rádio e da televisão a primeira manifestação oficial do Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor de, finalmente, dialogar com os representantes dos professores do Paraná, diálogo que poderá levar ambas as partes a um clima quem sabe de perfeito entendimento e que venha colocar fim à greve dos professores que se alastra por mais de um mês.

O que estamos sentindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que os pais, através de passeatas e de manifestações desejam que seus filhos voltem às salas de aula. Muitos jovens que dependem da conclusão do colegial para inclusive tentar a sorte no vestibular do mês de janeiro poderão ficar sem o privilégio de prestar o exame vestibular porque haverá um atraso no calendário escolar.

Então, vemos os pais, os alunos querendo aulas. E os professores? O que desejam? Também desejam voltar às salas de aula. Os professores - eu tenho certeza pelo contato que eu tenho tido com uma boa parte deles - desejam também reiniciar o seu trabalho. Mas para que coloquem um fim a esta greve, precisavam tão somente da manifestação, somente agora expressada pelo Secretário da Educação. É uma pena, Se-

nhor Presidente, Senhores Deputados, porque se o Secretário Belmiro Valverde, nos três, quatro primeiros dias de greve já tivesse chamado as Lideranças da APP para um diálogo, para um entendimento, com toda a certeza hoje, nós não estaríamos mais com esta greve no Paraná, amplamente divulgada pela imprensa nacional. Vi, inclusive, a Revista "Isto É - Senhor" que traz muitas fotos dos lamentáveis incidentes que envolveram até a repressão da Polícia Militar aqui no Centro Cívico, que deveria ser o berço da democracia do Paraná, mas que infelizmente foi tomada pela ação bastante repressiva da Polícia, que obedeceu a ordem de algum superior.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós não queremos ver a Polícia sendo acionada para reprimir greve de professores. Nós queremos - isto sim - um clima de perfeito diálogo e de entendimento, porque quero crer que, todos os professores do Paraná estão mesmo com a vontade de voltar às salas de aula, reencontrar os seus alunos. Mas para que isso ocorra é necessário que o Governo do Paraná não seja tão radical, abra uma negociação e, através dessa negociação, conceda pelo menos parte dos benefícios. Se não puder atender tudo, que pelo menos uma parte agora, e outra parte quem sabe posteriormente, dos benefícios que os nossos professores pleiteiam das autoridades estaduais.

Deus permita que esse início de diálogo, de entendimento, ou disposição de conversar do Secretário de Estado da Educação, leve a um acordo que acabe com esta greve, não através da repressão da Polícia, mas sim através do atendimento por parte do Governo, das justas reivindicações de tão laboriosa classe dos nossos queridos professores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero colocar aqui, também, a minha posição de lamentação pela situação em que se encontra o Estado do Paraná e a área da educação. Lamentar que ontem o Senhor Secretário da Educação teve a grande oportunidade de resolver o problema, o impasse entre professores e o Governo do Estado. Mas que, lamentavelmente, não soube aproveitar esta oportunidade. Não custava nada abrir condições para que pudesse haver o diálogo entre os professores e o Governo do Estado. No entanto, segundo as informações que recebemos, o Senhor Secretário recebeu apenas uma Co-

missão de 5 pessoas e disse que só receberia e só conversaria se o restante dos professores se retirasse defronte da Secretaria da Educação. E mais uma vez a força policial se fez presente.

Temos a lamentar profundamente esta atitude porque me parece que falta um pouco de inteligência aos homens que hoje ocupam cargos importantes dentro do Governo do Estado. Aqueles mesmos homens que num passado recente criticavam as atuações dos governos militares, dos governos das ditaduras que utilizavam da força policial para intimidar. É profundamente lamentável esta maneira com que age o Governo do Paraná. Ora, um governo que apregoa por aí, que tem 97% de IBOPE não pode se preocupar com o restante, 3%. Não precisa utilizar a força policial, para poder, evidentemente, negociar com professores.

Nós esperamos, e mais uma vez a Bancada do PDT com assento nesta Casa, pede, aos Parlamentares do Partido do Governo, que façam todo o esforço possível para que haja, de uma vez por todas, o entendimento. Para que Sua Excelência o Governador desça do seu pedestal, e converse com os professores para que encontrem uma saída. Porque sentimos que o povo está bastante preocupado, pois estamos nos aproximando do final de ano e não vemos uma solução para este impasse. Por isso mais uma vez o apelo que fazemos, nesse sentimento, é que esta classe tão importante para o desenvolvimento deste Estado, possa ter o devido respeito através do Governo do Estado do Paraná.

Ao mesmo tempo quero também, neste momento, render aqui as homenagens de condolências pelo falecimento de uma das figuras mais importantes neste Estado do Paraná. Faleceu ontem, no vizinho Município, na minha terra natal, o ex-Prefeito Otávio Furquim, aos 94 anos de idade. Foi Prefeito por duas ocasiões: em 1947 a 1951, foi Vereador de 1951 a 1955 e foi Prefeito novamente de 1955 a 1959. Ocupou cargos importantes na administração pública, era um dos homens mais idosos daquele Município. O Senhor Otávio Furquim deixa, sem dúvida alguma, uma grande lacuna dentro do nosso Município, da nossa terra natal Rio Branco do Sul.

O Senhor Otávio Furquim foi o primeiro cidadão a utilizar no Estado do Paraná as chamadas "diligências" que fazia o transporte de passageiros de Rio Branco do Sul a Cerro Azul. Foi também tropeiro na Revolução de 30, foi quem guiou as tropas comandadas pelo Tenente João Gualberto Lins de Barros em apoio a Getúlio Vargas. Foi o primeiro proprietário de um veículo motorizado naquele Município e lutou muito para a abertura da estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

Por isso, neste momento, em nome desta Assembléia, quero prestar homenagens à família do Senhor Octávio Furquim, uma figura realmente extraordinária, "o pai dos pobres", como era conhecido no nosso Município, na nossa terra natal Rio Branco do Sul.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez venho à tribuna para fazer uma observação a respeito da "operação desmonte" que tem causado reflexos enormes na economia nacional.

Ontem fazíamos uma observação da repercussão a nível de Paraná, e não tínhamos ainda conhecimento de que a BR-376, essa que faz o eixo com a BR-101, ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e ao longo desse Brasil afora; e por aí escoava toda a grande economia nacional através da nossa grande riqueza agrícola, passando naturalmente pelo Porto de Rio Grande, São Francisco, Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro e assim por diante. E, o Governo, insensivelmente não se atendo aos prejuízos investiu cerca de 1 bilhão de cruzados, a obra cotada em torno 21 bilhões, deixou como se tal tivesse saído dos escombros.

Naturalmente, a Rodovia, conhecida como o "corredor da morte" com a situação que se agravou mais, naturalmente os problemas virão, quero crer que o Governo não se sensibilizou para isso. E a razão para ocuparmos mais uma vez a tribuna é para chamarmos a atenção do Governo Federal a seriedade e rever essa situação, porque a "operação desmonte" em toda a política tributária, assim analisada, e avaliada, sem uma análise prévia, vem, indiscutivelmente, trazer problemas para todo o Brasil, e refiro-me ao Paraná. A BR-116, em seguida a 277 e mais ainda a 369, são eixos rodoviários importantíssimos que ligam todo o Paraná ao resto do Brasil, razão pela qual chamamos a atenção do Governo para a seriedade do problema, e que ele possa analisá-lo.

Outro aspecto que vem trazendo problemas e que tem sido manchete nacional, é, naturalmente, a grande estiagem que grassa em quase todos os Estados da Federação em especial no Paraná.

E, aqui desta tribuna, quero fazer à Casa, uma recomendação e uma proposição, já que tenho visto a nível de segurança pública, à nível de Corpo de Bombeiros e de ITCF serem tomadas algumas medidas de caráter administrativo, mas nenhuma providência no que diz respeito ao real combate

do fogo propriamente dito, e que foi tomada. E eu quero crer que se tomarmos algumas providências no sentido de mobilizarmos uma brigada de fogo em apoio ao Corpo de Bombeiros e ao ITCF em cima de uma estrutura já existente no Estado, que é a Defesa Civil, através de suas Coordenadorias Regionais para Assuntos de Defesa Civil, poderemos com a mão-de-obra experiente do bôia-fria que está passando privações enormes, tremendas necessidades, possam ser recrutados, mobilizados, e oferecer um apoio extraordinário e quem sabe corrigirmos, já que o próprio Corpo de Bombeiros, e o ITCF admitiu que não tem a estrutura necessária, adequada para o combate do fogo que já ceifou algumas vidas e os prejuízos são enormes. Nós estamos atônitos, à distância, e de braços cruzados assistindo o que o fogo vem desenvolvendo neste Estado. De sorte que, este contingente em torno de 500 mil pessoas poderiam ser aproveitadas e, tenho certeza que os resultados seriam satisfatórios.

Então repito: seria uma brigada de combate ao fogo em apoio ao Corpo de Bombeiros e a todos os segmentos da sociedade em cima de uma estrutura já previamente montada, conhecida como Defesa Civil, através dos seus órgãos regionais, coordenadores, junto aos seus respectivos prefeitos.

Outro aspecto, mas olhando o tempo que me resta não me vai ser possível abordar é a respeito da operação caminhoneira, que ocupou também domingo último, espaço no noticiário nacional, no que diz respeito aos roubos que continuam ceifando vidas de motoristas e as nossas riquezas, indo todas para o Paraguai.

Nesta tribuna, já tivemos oportunidade de fazer algumas observações, e aqui desta feita, chamo mais uma vez a responsabilidade do Governo Federal, no sentido de sensibilizar o Governo para a chamada de uma decisão. O Governo do Paraguai parece insensível, irresponsável, e não está tomando nenhuma providência.

Lamentavelmente, estamos assistindo à distância o que realmente vem ocorrendo. E eu disse desta Tribuna e repito, como é que no País vizinho da Argentina, não acontece isso? Porque tem um Governo organizado, um Governo decente, que priva em conexão, e em coordenação com o Governo do Brasil, não permite que tal venha a acontecer.

Então vamos através dessa Embaixada representativa no Brasil chamar a responsabilidade, para que isso não mais aconteça, e possamos dar um basta ao que vem ocorrendo em termos de transporte nesse Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan. Vossa Excelência tem 30 minutos para proferir a sua oração.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras visitantes.

Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos da sociedade fraterna, pluralista, e sem preconceitos, fundada na harmonia social, e comprometida com a solução pacífica, das controvérsias na ordem interna e internacional, promulgamos, sobre a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Este é o preâmbulo, da nossa futura Constituição. No dia 5 de outubro, será promulgado este novo Estatuto Jurídico Constitucional.

A ele todos nós nos submeteremos, porque democratas e reconhecendo o princípio da democracia representativa e da soberania da Constituinte, assim devemos agir.

A ela se submete o Presidente, e todos os poderes.

Se iniciei a minha oração, lendo o preâmbulo, é porque constitui o princípio geral, o princípio permanente, do sonho, do ideal, da busca do futuro da Nação Brasileira.

Fala-se na liberdade, no desenvolvimento, na fraternidade, na sociedade pluralista, na justiça, na democracia. Fala-se enfim, no homem brasileiro.

São momentos importantes porque passa o Brasil. Coincidentemente, no momento em que se faz uma Constituinte, o Brasil é penalizado pela maior crise econômica, social, política de sua história. Em nenhum momento, desde o seu descobrimento, estivemos uma situação de degradação, de descrédito, como agora. Forço meu pensamento no sentido de afirmar que o descrédito político, social possa ser o fator que gerou a criatividade desta Constituinte. Se a crise a todos põe, esta mesma crise ajudou a construir alguma coisa de novo no País. Ainda ouço vozes ocultas, ainda ouço grupos ostensivos a criticar a constituinte, a afirmar que há princípios estapafúrdios, a jogar, ainda, ao povo brasileiro, a possibilidade de implantar o descrédito com este futuro documento. Não conseguiremos. Não se acordaram as elites a tempo e aí está a nova Constituição. Se pretendiam

que esta Constituinte consagrasse privilégios históricos, e há, em alguns aspectos, mas não conseguiremos manter a sua estratégia de que ela fosse um mero componente colegial homologatório de interesses que não os da sociedade brasileira.

É minha intenção, já que fiz o ano passado, quando abordava o Projeto da Comissão de Sistematização, mostrar algumas coisas novas, mostrar que o sentido deste processo constituinte, apesar de seu vício de convocação, constituinte congressual, este vício se superou no processo criativo. Processo este que começa nos princípios fundamentais do seu artigo 1º: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios, do Distrito Federal e dos territórios, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência pacífica com a humanidade. Todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos", mas não só, as outras constituições sempre diziam que o poder emanava do povo e que o seu exercício era feito por meio dos representantes eleitos. Mas, hoje, teremos este poder que emana do povo e que é exercido por meio dos representantes eleitos e aí está o conceito da democracia representativa, ou diretamente nos termos desta Constituição. Pela primeira vez se escreve que a democracia se exerce de duas maneiras: pela democracia representativa e pela democracia direta. Esta democracia direta, que vai fazer com que todos nós mudemos o próprio comportamento, porque não seremos mais os titulares absolutos da representação popular. Teremos que nos consorciar com este conceito inovador da democracia direta, sob pena de sucumbirmos e esquecermos que a sociedade brasileira terá oportunidade de cobrar esta co-participação do Parlamentar.

Eu sou humilde, sim, em fazer deste conceito da democracia direta algo palpável, concreto, que se transforme em cooperação na transformação, na mudança e no avanço desta sociedade. Dizia eu que não somos mais os titulares absolutos da representação popular. E como se desenvolvesse este raciocínio para mostrar ao povo, para dizer aos candidatos que estão aí a disputar as eleições, a nós, aos professores representados pela sua entidade, sindicatos, associações de bairros, associações comerciais, industriais, sem-terras, aos com-terras, aos fazendeiros, aos não fazendeiros, aos comerciantes, operários, trabalhador organizado, como faremos isto, dizia aos candidatos a vereador na minha cidade. Os senhores se elegerão ve-

readores, mas não serão vereadores iguais aqueles que foram até hoje.

A sociedade através do processo constituinte aproximou o povo do Poder Legislativo, e esta aproximação é concreta, é real, é factível porque tem a garantia da Constituição que todos nós iremos jurar. Qual é esta garantia? Na medida em que ela mesma autoriza. Autoriza não.

Vejam como nós estamos viciados pela linguagem, aquela linguagem, que vinha de cima para baixo, a linguagem verticalizada que fala em autorizar.

Mas, a linguagem horizontalizada afirma por exemplo, dentro desse conceito de democracia direta, que a criação de associações independe de autorização. O Estado fica distante quando o povo quer se associar e quer, através dela, reivindicar. O Estado fica submisso a esta não autorização.

Vou em frente para argumentar mais a respeito dessa bifurcação do conceito de democracia, do conceito mesmo do que é o Poder. O Poder que foi redefinido na Constituinte. E isto, muito da sociedade brasileira não absorveu. Esse novo conceito de Poder que define a possibilidade concreta dessa associação que independe da autorização do Poder do Governante, do Estado, impetrar o mandado de segurança coletivo. Mandado de segurança que é um direito universal na democracia era um mandado individualizado; um mandato que cabia ao cidadão, como cidadão por si só, ir ao Poder Judiciário pedir que lhe corrigissem a lesão do seu direito praticado por qualquer órgão público do Brasil. E sabem Senhores Deputados, Senhor Presidente, a limitação que tem o próprio cidadão na sua individualidade, no seu isolamento. E no momento mais difícil, quando vê seu direito lesado, procurar a justiça a passos solidários, através de uma procuração também solitária, e o advogado que vai falar por ele.

Era difícil o cidadão sozinho dispor desse Poder Judiciário que está ao dispor da sociedade.

Vejam como se amplia este conceito e nisso está embutido aquilo que concretamente vai acontecer. O acesso direto ao Poder Judiciário com mais força, com mais representatividade. Não é mais um cidadão lesado no seu direito que vai lá esmolar sozinho a correção desse direito. É a sua associação que independe da autorização de qualquer poder para, através do mandado de segurança coletivo corrigir, redeterminar os rumos e as decisões de qualquer poder público que fira o direito do cidadão, da associação ou de qualquer setor da sociedade que se sinta lesado nos seus direitos. Seja no salário, seja no direito individual na questão do acesso funcional,

na questão da promoção de um concurso público, naquilo que é mais sagrado que é o próprio direito de se reunir para pedir. Tudo isso este mandado de segurança coletivo vai permitir. Que esta Justiça abra as portas ao povo, através de um instrumento jurídico inovador, dos mais importantes, neste processo de democracia direta que estamos construindo junto com o povo.

Mas, não é só, os Constituintes não foram injustos, e se alguém individualmente pretender, também poderá fazer isso através da ação popular, em que qualquer cidadão terá este direito, Ação popular que já está consagrada em várias Constituições, mas que, por razões que agora há pouco explicava, ao abordar a questão do mandado de segurança, muitas vezes não se concretizava também como um direito da sociedade. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade em que o Estado participe, a moralidade administrativa, destaco isso, a ação popular poderá corrigir comportamento imoral dentro da administração pública, poderá corrigir comportamentos contra o meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e de honorários de advogado.

Estamos caminhando para o novo, este conceito do artigo que fala da democracia representativa e da democracia direta, garante a participação dos trabalhadores, dos colegiados, dos órgãos públicos, todos os órgãos públicos, desde o pequeno município, até a União terão lá a voz e a vez dos trabalhadores ligados aos seus interesses discutindo e dando opinião em relação àquilo que o órgão público vai definir e vai decidir.

Mas, esta democracia direta se consubstancia com mais clareza ainda, quando define como isso se exerce pelo plebiscito, pelo referendo, pela iniciativa popular e pelo veto popular. São quatro princípios, dos mais fundamentais desses tempos novos, de nova Constituinte.

Está lá no artigo 14 - "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da Lei, mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular e veto popular".

Aonde esta democracia direta poderá ser exercida? No plebiscito, quando forem chamados a opinar sobre as questões constitucionais do Brasil, e teremos uma, em 1993, para decidir se este País continua presidencialista ou volta os olhos para o futuro e se decide parlamentarista ou resgata posições históricas e se volta para a monarquia. Eu falava que essa Consti-

tuição é algo de novo neste País.

Errou algumas vezes, sim, como errou no capítulo da Reforma Agrária; erraram no momento em que se decidia o sistema de governo que faríamos. E neste aspecto a Constituinte foi contraditória, porque se ela aceita a democracia direta ela não poderia negar jamais o sistema parlamentarista de governo, que é um sistema colegiado, um sistema que administra com a confiança. E quando esse gabinete perder a confiança perde o direito de governar. E ali, esta confiança só se manifesta na medida em que estando lá este Ministério, esse Colegiado, tenha o endosso da sociedade que o elegeu.

Pecou a Constituinte neste aspecto, mas poderá redimir-se no plebiscito de 1993. Talvez me chamem de sonhador fazendo este apelo, já, para que a sociedade brasileira nos próximos anos, se conscientize de que é preciso compatibilizar esse conceito da democracia direta com aquilo que tem de melhor no sistema de governo que é o Parlamentarismo.

Parlamentarismo, que também não verticaliza o poder como faz o presidencialismo. Imaginem os Senhores se hoje estivéssemos com o parlamentarismo implantado. Pergunto aos Senhores se aquele Ministro dos Transportes estaria construindo a Norte-Sul, se a sociedade brasileira estaria preocupada com o Presidente José Sarney. Poderia ter até oito anos de mandato, porque nada governaria, apenas seria o Chefe de Estado.

Transformamos a questão do mandato presidencial, na questão essencial e perdemos na essência mesmo própria, que era esquecendo o mandato e pensar no futuro com o sistema parlamentarista. Mas não tem importância. Este conceito da democracia direta vai fazer com que o povo entenda que é preciso em 1993 voltarmos os olhos para o futuro e evitarmos o império presidencialista que sempre dominou esta Nação.

O referendo e o plebiscito se somam. A iniciativa popular em que o percentual dos eleitores brasileiros, poderão apresentar projeto de lei no Congresso Nacional, em que leitores paranaenses poderão apresentar projeto de iniciativa do povo aqui nesta Casa de Leis. E a própria Constituição já manda que nós, futuros constituintes estaduais façamos a definição da forma em que isso será feito.

E os municípios, já está definido: 5% dos eleitores têm a titularidade para apresentar projeto de lei na Câmara de Vereadores. Por isso que eu falava que os parlamentares depois dessa Constituição terão que ter novo comportamento. Este comportamento da transparência, o comportamento da democracia, do diálogo, do entendimento, o comportamento de saber rece-

ber a iniciativa da sociedade. Mas não só isto, de ter a responsabilidade de analisá-la, e analisando-a profundamente há maior responsabilidade ainda na hora de decidir pelo Sim pelo Não, mas teremos que forçosamente, numa iniciativa com essa, assumirmos as nossas posturas e coerências de transparência, de dignidade, da representação do mandato sob pena de estarmos conspirando aquilo que iremos aprovar daqui a alguns dias.

Inverte-se ainda o processo dentro desse princípio da democracia direta, quando o próprio povo poderá fazer o veto popular. O que é o veto popular senão a rejeição da lei aprovada pela sociedade. Hoje o veto só existe quando da vontade do Governador, do Presidente ou do Prefeito se conflita com aquilo que foi aprovado no Parlamento. Esta iniciativa que era privativa do Poder Executivo hoje se consorcia, se soma à iniciativa do próprio povo.

Se o governante não vetar e a sociedade achar por bem que a lei é ilegítima, inconstitucional, ilegal, anti-jurídica poderá por esta iniciativa dizer não aquilo que nós eventualmente aprovamos.

Tem mais, e nós voltaremos ao assunto.

Tem ainda um grande princípio que está consubstanciado aqui, que é o princípio da descentralização que se transforma numa realidade.

E aí está aquilo que eu dizia no início da minha oração. O novo conceito de poderes se escreveu nesta Constituinte, porque o princípio descentralizador é princípio que faz a reforma tributária se transformar em algo concreto apesar da Operação Desmonte.

A descentralização há de se refletir neste aspecto nas Constituições Estaduais que todos nós iremos fazer.

A Associação Sindical dos servidores públicos, até ontem proibidos de fazer greves e de fazer sindicatos a partir do dia 5, será uma realidade. As comissões que se formarão para formular as reclamações perante o poder público, as iniciativas das leis, a capacidade da legislação municipal em relação aos impostos, ao orçamento, ao plano diretor municipal, às questões da Saúde e da educação estarão todas presentes baseado nesse princípio maior, que é o princípio da descentralização.

Quiçá, depois do dia 5 tenhamos momentos novos no Paraná e no Brasil, momentos em que todos nós teremos que amadurecer e nos curvar neste artigo que fala da democracia direta, e a democracia direta fatalmente é o povo mais perto do Parlamento, mais perto do Executivo, mais fiscalizador, e em relação a isto os parlamentos também terão que ser diferentes, transparentes, propensos ao diálogo, ao entendi-

mento, à coerência do sim e do não, mas jamais à indefinição do talvez.

Não poderá mais haver os conluíus, os acertos das elites, os acertos das minorias que pretendem falar pela maioria, porque este conceito bifurcado, dividido da democracia, só faz com que ela seja mais forte, mais digna e mais honrada, a democracia dos representantes, mas não só deles, a democracia também do povo, princípio maior já de origem desde a antiguidade, mas que agora, depois de sete ou oito constituições que vamos ver escrita aqui, honrada e subjugada a nossa vontade a esse princípio, tenho certeza de que o comportamento político dos Parlamentos do Poder Público fatalmente terá que ser diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, esta Casa vive hoje com alegria, com as suas galerias lotadas, em atividade plena.

Na tarde de ontem falou-se sobre o movimento de greve dos professores, com acusações sobre a bancada do PMDB, e nós ouvimos companheiros que usaram a tribuna, avaliando aquilo que estávamos fazendo na solução dessa greve. Não dissemos ontem, mas exatamente naquele instante em que aqui no Plenário da Casa estávamos a agradecer a bancada peemedebista, e o contido através das lideranças encontrava-se no recinto desta Casa de Leis em reunião com a Direção da APP, na busca do entendimento, do reatamento do diálogo desta greve, que não terá vencidos e nem vencedores mas que ambos os lados esperam uma solução.

Pelo trabalho do dia-a-dia desde os incidentes do movimento dos professores a bancada peemedebista esteve, como continua buscando na medida do possível a intermediação para podermos chegar a uma conclusão, e foi exatamente deste trabalho elaborado pelo nosso líder de Bancada, pelo líder do Governo, por companheiros da bancada peemedebista conversando com o governo a necessidade do reatamento do diálogo para buscar uma solução que pudesse ter um único ganhador, o ensino do Paraná, as crianças que precisam de escola, o ensino como um todo, é que se fez uma proposta oficial por parte do Secretário Belmiro Valverde ontem lida nessa Tribuna pelo líder do Governo, Deputado Nestor Baptista. E nós discutíamos com a APP, obviamente com a direção da APP, querendo que constasse no documento mais do que o docu-

mento consta, e o Governo sustentando a posição de que o ofício encaminhado pelo Secretário da Educação à APP é a disposição do Governo do reatamento do diálogo, da sentada na mesma mesa para a busca de soluções. Porque obviamente Senhor Presidente, Senhores Parlamentares o entendimento dos professores com o Governo passará pelo reatamento desse diálogo da APP, de uma comissão do Governo, na busca do entendimento.

Venho aqui, portanto, nessa Casa, no Horário da Liderança do nosso Partido conchamar os companheiros Parlamentares de todos os partidos políticos de que venhamos buscar, racionalmente, um entendimento para a situação que nos defrontamos. Nesta hora de prejuízo para todos os lados, nesta hora de uma extensão já por meses do movimento grevista, todos nós queremos um entendimento. A força de paranaenses, de representantes de segmentos populares nos leva a buscar um entendimento, todos em conjunto, as ofensas, o discurso fácil, o aproveitamento da situação não nos levará às condições de diálogo. Nós queremos pedir para que parlamentares e professores de espírito desarmado possam realmente reacender a possibilidade do diálogo para se buscar dentro do possível o atendimento de reivindicações, e se buscar dentro do possível a normalização da questão educacional no Estado do Paraná.

Discutíamos por exemplo, com a presidência da APP, uma condição cobrada nesse documento, que não houvesse demissões dos professores grevistas. Nos autoriza o Governo do Estado do Paraná a dizermos que o Estado do Paraná não procederá demissões a professores na manifestação de greve.

Nos pedia a APP que se constasse no documento o pagamento das aulas descontadas das folhas de pagamentos dos professores, sustentávamos nós com a APP de que na letra "B" deste ofício quando se consta reposição de aula, está implícito na reposição de aula o pagamento das aulas dadas, e podemos aqui de pública voz numa Assembleia que registra palavra por palavra do Orador, darmos a palavra da nossa Bancada e do Governo do Estado de que aula reposta é aula paga, motivo pelo qual qualquer dúvida que possa existir na colocação do documento há uma garantia de que nas aulas repostas, serão aulas pagas. Por isso, Senhores Parlamentares, Mesa, Senhores professores, no pronunciamento que fizemos nesta Casa, no forte da greve, nos incidentes, conclamamos a que ambos os lados, procurassem reatar o diálogo para buscar uma solução. Temos hoje, uma manifestação concreta do Governo do Estado através de um ofício do Secretário de Educação convidando ao diálogo, pedindo diálogo, dizendo o que vai se discutir. Obviamente, para

todos nós que participamos de movimentos reivindicatórios, populares, é evidente que não se colocará no papel do convite do diálogo, tudo aquilo que se pode ofertar: porque não necessitaria se fazer uma Comissão para discutir, se nós tivéssemos expressão em papel.

Exatamente um entendimento passará a surgir da hora em que sentarmos à mesma mesa. E, vamos todos nós; a Bancada peemedebista, que tem posturas diferenciadas, inclusive no seu seio, as bancadas da oposição, os professores e o Governo, vamos desarmar os nossos espíritos, vamos sentar à mesa e vamos discutir; afinal, todos nós parlamentares, pais, alunos e professores, temos uma coisa mais forte, que fala dentro de cada um de nós, que é a educação das crianças, dos jovens, dos adultos do Estado do Paraná. A educação fala a cada um de nós, e nos chama ao diálogo mais do que esse documento.

Portanto, num instante em que está se pedindo uma situação já previamente estabelecida, de se sentar à mesa de negociações para se poder avançar em torno disso, queremos conclamar, para que venhamos a aceitar este convite ao diálogo, porque tenho absoluta certeza, neste convite ao diálogo encontraremos as soluções para os problemas que estão a nos afligir. Senão, na totalidade deles, mas, pelo menos, avançaremos um pouco mais.

E, que não nos acusem, como a Bancada da Oposição, de não estarmos trabalhando; não paramos um dia sequer, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de manter o canal de diálogo, forçando, como Bancada Majoritária nessa Casa de que o Governo viesse a acenar com a possibilidade do diálogo com os Senhores Professores, que redundou neste ofício do Secretário pedindo diálogo à APP, e tenho certeza que haveremos de contribuir, e a nossa bancada peemedebista estará vigilante, para se fazer cumprir aquilo que tivemos de informação do Governo, de que não haverá demissões, e que as aulas serão repostas e pagas.

Lamento profundamente, não lhe conceder aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência concede a palavra à Liderança do PDT.

O Sr. Rafael Greca - Quero agradecer a generosidade do Senhor Presidente ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência lhe dará os 30 segundos concedidos mais ... (conversas paralelas)

O Sr. Rafael Greca - Permita ao Deputado Caíto Quintana, que fale ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) ... concedido ao Deputado Caíto Quintana. Fala à liderança do PDT.

O Sr. Rafael Greca - Pedi a palavra pela ordem, para falar, a Vossa Excelência e ainda não quero a palavra no horário da liderança.

O Senhor tem que me permitir.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, então concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Quero agradecer a generosidade de Vossa Excelência que permite ao nobre Líder Caíto Quintana, que por 9 minutos e 22 segundos, ao invés dos 7 minutos e meio, tente restabelecer o diálogo com a brilhante classe dos professores, em parte representada neste Plenário. Também, quero solicitar que seja aberta a 2ª galeria, para que a platéia, já numerosa, possa nela tomar assento, não havendo necessidade desta restrição, e inclusive de pessoas contribuintes, de pé, a assistirem a sessão da Assembléia, quando há grande número de lugares vazios, na 2ª galeria da Assembléia.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência irá verificar, e consulta, se Vossa Excelência usará o tempo do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é dia 13 do mês de setembro, mês no qual se prevê uma inflação de 22%. No entanto, o Senhor Governador ainda não anunciou o reajuste do mês de setembro, a reposição salarial do mês de setembro ao funcionalismo público da Casa e do Estado. Faço esta advertência porque a numerosa bancada do PMDB nesta Casa ao delegar ao Senhor Governador o direito de, e por decreto, estabelecer as reposições salariais passou a ser co-responsável pelas reposições salariais dos mínguaos orçamentos domésticos, asfixiados mesmo pela crescente inflação do funcionalismo público do Estado. Gostaria de perguntar se o Governo pagará a reposição de setembro por folha complementar e deixará o dinheiro rodando no "Over Night" ou no "Open Marketing" ou em outros desses recursos que o moderno uso dos meios financeiros usa ao poder...

O Sr. Caíto Quintana - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Pois não, Deputado

Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Rafael Greca, agradeço o aparte, Vossa Excelência é um democrata.

O Governo não tem aplicações no "Over Night", apenas o faz como um cidadão o faz para manter o valor real do nosso dinheiro, que seria, sem dívida alguma, um grande erro se nós não procurássemos manter a receita do Estado.

Mas, só quero lhe colocar, nobre Deputado, o Governo do Estado do Paraná tem um orçamento e precisa cumpri-lo, e este orçamento está curto. Não existe especulação financeira por parte do Estado e à guisa de informações tenho certeza que nos primeiros dias o Governador Álvaro Dias será o porta-voz, evidente, como Chefe do Executivo, e Vossa Excelência terá uma grande surpresa do Governo ao anunciar o pagamento integral da URP naquilo que Vossa Excelência está perguntando para todo funcionalismo público do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA - Nos estimamos que assim se faça, Deputado Caíto Quintana, porque orçamentos já nem com a URP conseguem conviver. Nós vivemos numa Capital onde os investimentos com vale transporte se tivessem sido feito, por exemplo, se se entesourassem as fichas com o nome do prefeito Requião ao invés de se entesourar ouro ou dólar no mercado paralelo ter-se-ia ganho o dobro ou o triplo do ouro e do dólar no paralelo. Porque houve 700% de valorização do vale transporte para 350%, se eu não me engano, o dólar no paralelo é mais ou menos 400% do ouro entesourado.

Mas, não quero falar de entesouramento, quero é falar de gastos públicos. Gostaria de perguntar à consciência do Paraná qual é a necessidade do jato do Governo do Estado levantar voo esta manhã para levar Sua Excelência à Cidade de São Paulo, para gravação de entrevista ao humorista Jô Soares, que será levado ao ar às 11:30 horas de hoje na Rede Bandeirantes de televisão? Realmente, o Governador e o Jô Soares, um e o outro, em diálogo, certamente poderão esclarecer ao povo do Paraná uma parte que arde em queimadas, feitas por coívaras desavisadas de pessoas inescrupulosas e não esclarecidas e outra parte de pessoas que têm sede de justiça e, inclusive, necessidade de diálogo. Também gostaria de perguntar qual é a necessidade pública do prefeito Roberto Requião fazer publicar anúncio na revista VEJA, a revista da editora Abril, essa popular revista, muito lida, que tem sua concorrência na revista "Isto É Senhor". A Revista VEJA desta Semana traz o rosto do Prefeito Roberto Requião e a afirmação de que ele é o mais popular do Brasil. Interessa-nos sa-

ber, enquanto consciência política do Estado, qual é a utilidade pública do rosto do Prefeito ser impressa na revista VEJA.

Também gostaria de esclarecer à Assembléia que o Governo tem usado muito esta oposição de falsos contrários, é uma tática um tempo usada por militantes do PC do B, hoje usada também pelos palacianos. Ela, por exemplo, opõe bóias-frias à professores, opõe seca à arrecadação, coisas que, a rigor, não têm muito a ver na razão direta em que o regime de trabalho odioso dos bóias-frias e a falsa e falta de possibilidade de trabalhos deles não têm nada a ver com a atual seca, seca de entressafra e que felizmente nós esperamos será resolvida pelas chuvas de São Miguel, tradicionais no regime de chuvas da região Sul que são essas chuvas de setembro, para que se dê a Piracema dos Rios, seca que se Deus quiser se vai extinguir e que vem na época da entressafra, e que não atrapalha a arrecadação do Estado, porque a arrecadação do Estado, com a colheita passada, que vai permitir ao Governo pagar a URP Integral já foi recolhida.

Quero lembrar também que o orçamento é inflacionado, o orçamento é inflacionado se os meios de pagamentos exigem do Governo múltiplas obrigações na proporção da inflação, os meios de arrecadação também dão ao Governo a igual paridade entre os gastos e a arrecadação.

Agora, não parece propriamente uma prática de economia de guerra, de economia de escassez, de economia de seca, o Governador ir ao programa Jô Soares para fazer a sua intervenção, que esperamos seja cívica, patriótica e oportuna, e sobretudo incomode o Governador Orestes Quércia nas suas operações de raspadinha que andam inclusive provocando a censura de imprensa do Governo Paulista, a Rede de Televisão Bandeirantes.

Queria ainda dizer o seguinte: que o Governador anuncia pelos lábios do seu Líder, líder do Partido do Governo nesta Assembléia, que não demitirá os grevistas, permanece o Governador um príncipe rancozoso e desprezando o poder de percepção ao povo do Paraná, porque nós sabemos que há uma Constituição votada e votada em Brasília, e pronta para ser promulgada, que proíbe as demissões de grevistas do serviço público e anistia aqueles que porventura venham a ser demitidos.

É questão de um mês para que se restabeleça essa liberdade democrática de reivindicação salarial, de maneira que não faz favor nenhum o Governador do Paraná, em dizer aos professores que os demitidos por greve serão revogados ou de que não haverá demissões pela presente greve.

Gostaria de exortar o Deputado Caíto Quintana, que falou em diálogo racional e

em buscarmos racionalmente o entendimento, lembrando que as Oposições fizeram nesta Casa um requerimento antes dos canhões, das bombas, da repressão, que transformou a Praça do Centro Cívico num cenário triste que impossibilitou a musicista Nelci Fritzen, de com os seus alunos de entoar o Hino Nacional ou então de participar das cerimônias de queima de bandeira aqui na Praça do Centro Cívico porque suas pernas estavam atingidas por estilhaços de bombas, gostaríamos de lembrar que as bancadas de oposição pediram o diálogo há um tempo atrás, e que a APP pediu o diálogo em 25 de julho de 1988, conforme ofício que tenho em meu poder, ainda antes da greve, mas gostaria de lembrar a propósito ao seu racional Deputado Caíto Quintana, que dê ao Governador uma pequena lição de idioma alemão, o idioma do Doutor Goebels aquele do "Mentir Grande, Mentir Muito, Mentir Sempre" até que a mentira se transforme em verdade.

Em alemão "Vernunft" quer dizer razão e a palavra razão tem o mesmo radical do verbo "vernehmen" que dizer ouvir e perceber ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo ao nobre Deputado que o tempo que estamos lhe dando coincide exatamente ao tempo dado ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Democráticamente dou-lhe mais 30 segundos.

O SR. RAFAEL GRECA - Aceito a sua magnanimidade. O verbo ouvir, o verbo perceber tem o mesmo radical da palavra razão na língua alemã, precisa portanto o Governador ouvir e perceber as razões das partes envolvidas dos pais, dos alunos, dos diretores ao invés de só dedicar o seu tempo ao Senhor Jô Soares, que aliás é um artista que merece o respeito da Nação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PDS. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, demais presentes a esta quarta sessão dos últimos trinta dias.

Gostaria de começar comentando afirmações pronunciadas por Sua Excelência o Deputado Caíto Quintana, na tribuna desta

Assembleia, afirmando e apelando para o desarme dos espíritos para buscar a melhor saída para a greve do magistério paranaense. De espírito desarmado deveria estar o Palácio Iguaçu há dez, onde meses atrás, quando se começou a dialogar e discutir o problema dos professores paranaenses que originaram com esta greve.

De espírito desarmado deveria estar a Bancada Oficial nesta Casa no dia 16, quando os professores aqui estiveram e queriam simplesmente um compromisso de se empenhar para o diálogo e essa Bancada se armou com a omissão.

Com o espírito desarmado e não só o espírito, deveria estar o Governo do Paraná, quando usou não só as armas de espírito, mas as armas dos cavalos, as armas das tropas de choque, as armas das mentiras nos veículos de comunicação, se não houvessem essas armas certamente o problema estaria resolvido.

Por isso, quero afirmar mais uma vez nesta tribuna: "As bancadas de oposição continuam com o espírito desarmado. Esperamos que, de ora em diante, o Palácio Iguaçu e a bancada governista também desarmem os seus espíritos e baixem as suas armas.

É isto que nós esperamos e esperamos uma solução.

Amanhã teremos não para surpresa de todos a greve dos bancários. Está anunciada. Se a intransigência se prolongar noite adentro, a partir de amanhã, da zero hora de amanhã, temos decretada a greve dos bancários que atingirá os funcionários do Banco do Estado e de outros bancos.

Recebi um telex-cópia do Presidente da Federação dos Bancários, que ele encaminhou ao Presidente do BANESTADO, no dia 29 de agosto, assinado e firmado pelo Presidente, Sr. Roberto Pinto Ribeiro, com fatos de relevante gravidade que são abordados por este tão nobre dirigente sindical.

A primeira denúncia diz respeito ao descumprimento do critério de antiguidade para as promoções de funcionários. Diz ele que apenas 578 funcionários foram agraciados por promoções, quando mais de 3.000 fazem jus a este direito pela aplicação do critério de antiguidade, isto no BANESTADO, o nosso banco, o banco do Paraná.

A segunda denúncia apresentada por esse dirigente sindical, se refere às ingerências políticas que ocorrem dentro dessa instituição financeira que é de capital oficial, a grande maioria, já que o Estado é o maior acionista. Diz o documento, além da corrupção que deu mostra suficiente de como se transita no Banco a incompetência administrativa, há muito é observada e tem contribuído para certos resultados como o mais grave que é o total de crédito em li-

liquidação que persiste e que continua aumentando na contabilidade da empresa chamada Banco do Estado do Paraná.

A dívida, a título de crédito em liquidação, é de 3,84 bilhões no BANESTADO, hoje. Esta dívida, sem dúvida, já deveria ter sido cobrada, porque o banco é do povo e o povo tem o direito de saber quem são seus devedores, aliás, maus devedores. Portanto, o nosso banco não poderia admitir que 3 bilhões e 84 milhões continuem a título de crédito em liquidação.

E o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o banco contabilizou no primeiro semestre, créditos em liquidação devidos apenas por pessoas físicas, no valor de 254 milhões de cruzados, quando o lucro líquido deste banco neste mesmo período foi de apenas 770 milhões de cruzados. Pessoas físicas devem a metade do lucro líquido que o banco teve. Por isso, era de extrema importância que fossem apurados quem são esses devedores.

Mas há outro lado ainda mais alarmante apresentado pela Federação dos bancários. Os gastos com publicidade e relações públicas efetuados pelo banco neste primeiro semestre, foi de 424 milhões de cruzados, equivalente a 55% do lucro líquido que o banco obteve. Portanto, aí está uma das explicações, o porquê que o Governo do Paraná não tem dinheiro para pagar os funcionários públicos, porque ele tem que tirar mais de 400 milhões de cruzados no primeiro semestre para gastar com publicidade do Governo e do Banco do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos concordar com essas tamanhas fortunas que sejam impunemente desperdiçadas por um banco estatal. Enquanto comete essa má aplicação de recursos, que no fundo são recursos públicos, a Diretoria rompe negociação com os sindicatos, negando-se a pagar o justo salário aos seus funcionários. Afinal, quem melhor que funcionários satisfeitos para fazerem boas relações da empresa? Os funcionários satisfeitos fariam bem as boas relações com a empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta má conduta da Diretoria do BANESTADO deve merecer a apreciação de todos os que compõem esta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que Vossa Excelência tem mais um minuto para equiparar-se no horário concedido aos outros Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço, Sr. Presidente.

São posições erradas como essas que empurram os trabalhadores para a greve.

Amanhã, quem sabe, como resposta à greve dos bancários, o Governo pressione a Diretoria do BANESTADO para que promova demissões como fez na ACARPA, como fez no DETRAN, como fez no IPARDES, na Secretaria da Agricultura, na Saúde, no próprio Conglomerado BANESTADO e ameça também sobre os professores.

É lamentável que isso venha a ocorrer, mas apelamos a todos os que compõem esta Casa Legislativa, para que nos empenhemos e busquemos uma solução que represente efetivamente a solução para os bancários do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

Era isso, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados José Domingos e Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 51/87), objetivando introduzir modificações na Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 102/87
EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO

Art. ... - Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 8º do Projeto de Lei nº 102/87, com a seguinte redação:

"Art. 8º -

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica também aos créditos tributários regularizados sob a égide da Lei nº 8279, de 16 de janeiro de 1986, resolvendo eventuais insuficiências na cobrança da correção monetária e dos juros de mora que tiveram por origem, na apuração do seu valor, cálculos efetuados pela própria administração fazendária, inclusive em decorrência de interpretações sobre a alteração do sistema monetário nacional ocorrida em fevereiro de 1986."

Sala das Sessões em 13.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

JUSTIFICATIVA:

Na época do "Plano Cruzado" (86/87), houveram muitas alterações na legislação monetária, ocasionando, em contrapartida, interpretações que muitas vezes não eram as mais acertadas, principalmente quanto a estabilização da moeda, congelamento, descongelamento, indexação, desindexação, etc.

Em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, as dificuldades foram agravadas, tanto para o contribuinte como para o fisco, em face de, no mesmo período do plano cruzado, vigiu a Lei nº 8279/86, que concedeu remissão parcial do crédito tributário.

A maioria dos contribuintes, por motivos óbvios, procuraram as repartições fazendárias para regularização de seus débitos, na última semana da vigência da citada lei. Como em muitos casos os processos (Autos de Infração), não se encontravam na repartição de origem (estavam em diligências ou no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais para Julgamento), o cálculo da correção monetária foi realizado com base em informações constantes de listagens emitidas por processamento de dados que a Coordenação da Receita do Estado providenciou para distribuição aos órgãos encarregados de tal conferência. Realizado o pagamento e considerado extinto o crédito tributário, em conferências posteriores à vista do processo, foram notadas algumas diferenças entre os dados das listagens e do que constava nos autos.

Assim é que o presente dispositivo, distante de ser concessão de benefício, se justifica porque vem, com justiça, eliminar marcas deixadas pela própria lei excepcional de remissão, aliado aos problemas gerados pela mudança do sistema monetário nacional, evitando, inclusive, de vir o Estado do Paraná desgastar-se em lides nas quais, provavelmente, não obterá vitória, com inevitáveis prejuízos financeiros decorrentes do insucesso das deman-

das.

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 07/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe Legislação específica sobre o controle da poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CÍRCULO DE ESTUDOS DOS BANDEIRANTES, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/88, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA E OUTROS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. ARY VELOSO QUEIROZ, Vice-Governador do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina de "Rodovia JOÃO BATISTA DA SILVA PAIXÃO", o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do município de Itambê, até o Distrito de Marisa, no município de São Pedro do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/88, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. JOÃO DÓRIA JÚNIOR, atual Presidente da EMBRATUR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 95/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE DR. CAMARGO - CODECAR, com sede e foro Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 30, de 27.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 095/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Dr. Camargo - CODECAR, com sede e foro no Município de Doutor Camargo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 96/88, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE FOZ DO IGUAÇU - ASPAFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 30, de 27.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 096/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - ASPAFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fundada em 14 de janeiro de 1983, a referida entidade tem como objetivo colaborar na reabilitação e integração social dos deficientes auditivos, trabalhando também para a conscientização da comunidade para a aceitação da pessoa portadora de deficiência. A entidade mantém uma escola que desenvolve atividade de reabilitação e escolaridade de cerca de 80 crianças e adolescentes, portadores de deficiência auditiva.

A documentação que acompanha o projeto de lei, comprova que o mesmo atende ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Portanto, constatamos que a matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, para que a mesma prossiga a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 97/88, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MATEUS DO SUL, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 30, de 27.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 097/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Acyr Mezzadri, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA CRISTÃ INDEPENDENTE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Igreja Missionária Independente, com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1983, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade, de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que se presta, primordialmente, à execução da divulgação da Palavra de Deus.

Assim sendo, nada encontra esta Comis-

ção, que possa impedir a legal tramitação do mesmo, nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos Favoravelmente pela Aprovação do projeto de lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1988.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 107/88, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA BOM PASTOR, com sede e foro Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 107/88

P A R E C E R :

O presente plano de lei em destaque, de autoria do Deputado José Felinto, objetiva seja declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Bom Pastor, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Analisado sob os ângulos da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação aplicável à espécie, observa-se que o projeto foi devidamente instruído em consonância com os ditames da citada lei, encontrando-se, por essa razão, apto a tramitar normalmente por esta Casa de Leis, inexistindo impedimentos de forma constitucional ou regimental que possa reprovar a sua aprovação.

Por essa razão, nosso parecer lhe é favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 111/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA ACÁCIA DO OESTE I, com sede e foro Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 111/88

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Gernote Kirinus, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Loja Maçônica Acácia I, com sede e foro no Município de Cascavel.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais ór-

gãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/88, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor HAYAO WASHIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 35, de 05.05.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 118/88

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Homero Oguido, objetiva o presente plano de lei, conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Hayao Washida.

Encontra-se o processo devidamente instruído, inexistindo óbice de natureza legal ou regimental à sua normal tramitação pelos demais Órgãos da Casa.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de n° 312, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 311, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 294, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 289, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 284, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 292, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 296, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 298, de autoria do

Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 313, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 299, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 308, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 310, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 295, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 229, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Faz soar os tímpanos)

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Eu retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere a solicitação e solicita ao Sr. Deputado Pedro Tonelli, se retira a chamada nominal.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu insisto na chamada nominal. Quero as votações com presença máxima.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência atenderá o vosso pedido e solicita ao nobre Deputado Aribal Khury que continue com a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Continua a chamada nominal)

Vinte e sete Srs. Deputados responderam à chamada.

Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós lamentamos que não tenha sido aberta a segunda galeria, e queríamos saber se...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que já foi solicitada a abertura, mas houve qualquer problema com a chave. Esta Presidência determinou.

(Tumulto na galeria)

Esta Presidência solicita às galerias que se mantenham em silêncio, por gentileza, atendendo ao Regimento Interno.

Esta Presidência informa que já tomou as providências.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço a Vossa Excelência, e invoco a proteção de São Pedro para a Mesa da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vamos pedir a São Pedro que mande chuva para nós.

Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 301, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 237, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 314, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 238, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 242, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 244, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 245, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 243, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 247, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 248, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 250, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 252, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 253, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 254, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 262, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 265, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 268, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Esta Presidência solicita silêncio das galerias para que possamos conduzir normalmente a sessão.

Requerimento de n° 270, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 271, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 272, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 273, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 274, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 281, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 278, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 279, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 285, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 290, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, é possível a leitura deste requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita ao Sr. 1° Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Lê):
"O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Noronha, solicitando estudos em caráter de urgência para aproveitamento de mão-de-obra dos lavradores e desempregados na frente de combate a incêndios florestais..."

O SR. ALGACI TÚLIO - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio)
Requerimento de n° 291, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 297, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 300, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 277, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 302, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 303, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 304, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 305, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 306, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 307, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri,

constante do expediente. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 239, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 240, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 241, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 255, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, João Arruda e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a leitura do texto do "O Povo do Paraná". Manifesto das Bancadas de Oposição neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita, se Vossa Excelência quer fazer uso da leitura, esta Presidência defere e fará a gentileza que Vossa Excelência leia o texto "O Povo do Paraná".

O SR. PEDRO TONELLI - (L2):
"O POVO DO PARANÁ"

Os Deputados das bancadas de Oposição ao Governo do PMDB do Paraná, integradas pelos Partidos: PFL, PDT, PT, PL, PDS, PDC, a propósito dos lamentáveis e recentes episódios de violência no Centro Cívico de Curitiba, envolvendo o Governo do Estado, professores e pais de alunos, vêm a público para esclarecer:

1. JAMAIS incitamos a greve dos professores. Defendemos apenas o direito de reivindicação dos oprimidos por baixos salários e o dever de diálogo do Governo do Estado.

2. FOMOS surpreendidos pela grande e pacífica multidão que veio à Assembléia no dia 16 de agosto, e só permaneceu porque a bancada majoritária do PMDB saiu do Plenário.

3. SOMOS testemunhas da permanência pacífica e ordeira dos professores nas galerias e tribunas do plenário, sem quaisquer danos às instalações da Assembléia Legislativa.

4. NA semana seguinte, nas suas sessões plenárias onde se deu quórum, tentamos aprovar requerimento propondo a criação da comissão suprapartidária integrada por todas as bancadas para intermediar a discussão com o Governador do Estado, no

interesse do diálogo e para a melhor solução do impasse. A Bancada do PMDB pela totalidade dos seus deputados presentes, rejeitou a proposta conciliadora.

5. DEPOIS, perplexos, vimos a Assembléia Legislativa se transformar num cárcere para os professores que lá dentro quisessem permanecer.

6. NO dia 29 de agosto, pelos jornais, sabemos da decisão da Mesa Executiva - só composta por Deputados do PMDB - de determinar um antirregimental "recesso branco", para depois dos feriados pátrios, até o dia 12 de setembro.

7. AS pessoas que nos procuraram, desde então, para audiências e serviços de rotina, foram cerceadas e constrangidas pelos portões fechados e ostentação descomunal do aparato de segurança.

8. TUDO culminou com explosões de bombas, repressão da cavalaria e do batalhão de choque da Polícia, onde o Governo do Sr. Álvaro Dias praticou violência, sem precedentes, na história do Centro Cívico de Curitiba, na tarde e na noite do dia 30 de agosto, sendo que até as imunidades parlamentares foram violentamente atingidas, com agressão física, inclusive aos parlamentares de Oposição que lá estavam, desarmados, entre professores indefesos. O Instituto Médico Legal atendeu mais de cinquenta pessoas feridas.

9. Temos ido à Assembléia diariamente, em vigília de resistência democrática e nos horários de sessões, que não acontecem porque a bancada do PMDB - Majoritária - não aparece.

Diante disto, repudiamos a Ação Violenta do Governo Álvaro Dias, antidemocrático, contraditório com seu discurso antes da eleição, verdadeira mancha na História recente do nosso Paraná.

Curitiba, 31 de agosto de 1988".
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita ao nobre Deputado quais são as assinaturas dos Partidos de Oposição que se manifestaram.

Requerimento de n° 256, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 257, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 282, de autoria do Sr. Deputado Bazílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para amanhã, quarta-feira, no horário regimental.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Gostaria de uma informação.

O pedido de informações de minha autoria, que ontem deixou de ser votado por falta de quórum, se permanece ainda para ser votado amanhã.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Já está com discussão encerrada, portanto permanece junto aos demais.

Esta Presidência está sempre atenta às vossas reivindicações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 270/87.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

102/87.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 07, 124, 130, 164 e 198/88.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 95, 96, 97, 106, 107, 111 e 118/88.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 345/87, 133, 119, 135, 137 e 139/88.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 142, 145, 149, 154, 159 e 171/88.

Levanta-se a sessão.